UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

José Carlos Francisco Filho

CURSINHOS POPULARES COMO VIA DE DEMOCRATIZAÇÃO E ASCENSÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Sorocaba/SP
2023

José Carlos Francisco Filho

CURSINHOS POPULARES COMO VIA DE DEMOCRATIZAÇÃO E ASCENSÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. André Pires.

Sorocaba/SP
2023

Ficha Catalográfica

Francisco Filho, José Carlos
F893c Cursinhos populares como via de democratização e ascenção : uma análise bibliográfica / José Carlos Francisco Filho. – 2023.
83 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. André Pries
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2023.

1. Direito a educação – Brasil. 2. Educação popular. 3. Democratização da educação. 4. Ensino superior – Aspectos sociais. 5. Igualdade na educação. I. Pries, André, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Elaborada por Regina Célia Ferreira Boaventura – CRB-8/6179.

JOSÉ CARLOS FRANCISCO FILHO

CURSINHOS POPULARES COMO VIA DE DEMOCRATIZAÇÃO E ASCENSÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 29 / 08 / 2023

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRE PIRES
Data: 23/10/2023 13:33:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. André Pires

Orientador

Universidade de Sorocaba

Documento assinado digitalmente
gov.br
FERNANDO SILVEIRA MELO PLENTZ MIRANDA
Data: 23/10/2023 15:20:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr Fernando Silveira Melo Plentz Miranda

Universidade de Sorocaba

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARCELO AUGUSTO SCUDELER
Data: 23/10/2023 13:42:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Marcelo Augusto Scudeler

Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Eliane, que desde o início acompanhou essa jornada no plano espiritual.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial à Giovanna, minha companheira de vidas.

Aos professores, colegas e amigos que, ao longo da caminhada, contribuíram para o desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Agradeço de forma especial ao Prof. Rafael Bunhi e ao meu orientador, Prof. André Pires, por toda dedicação e paciência, com seus conselhos e orientações.

Ao Prof. Fernando e ao Prof. Marcelo, por aceitarem integrar a minha banca e auxiliarem muito com as considerações sobre a pesquisa.

Ao Rafa, por todo o aprendizado compartilhado sobre um tema desconhecido, e cuja amizade o Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE me presenteou.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado fundamenta-se por meio de uma pesquisa bibliográfica concebida a partir do termo "cursinhos populares" e realiza uma análise da produção científica que abarca esse conceito, tendo sido coletada no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Explorando os conceitos de ascensão social e democratização do ensino, esta pesquisa busca compreender a evolução desses dois paradigmas à luz das recentes contribuições na área. Inspirada pela obra seminal de Dubet, a qual investiga as múltiplas dimensões da democratização do ensino superior, essa dissertação analisa como os cursinhos populares, enquanto expressões modernas de mobilização social e educação inclusiva, se entrelaçam com esses conceitos. Por meio da análise dos dados coletados, o estudo busca lançar luz sobre como essas iniciativas refletem e influenciam a ascensão social e a democratização da educação no sistema de ingresso ao Ensino Superior brasileiro. Além disso, a pesquisa destaca que o conceito de cursinhos populares ainda está sendo moldado pela atual produção científica, mas já emerge como uma interconexão entre ascensão social e intelectual. Contudo, simultaneamente, esse conceito traz à tona dilemas do capitalismo contemporâneo e desafios concernentes à sustentabilidade dessas iniciativas em um contexto de mudanças de governos e políticas públicas de educação brasileiras.

Palavras-chave: cursinhos populares; democratização do ensino; ascensão social e intelectual.

ABSTRACT

This master's thesis is based on a database conceived around the term "cursinhos populares" (popular preparatory courses) and conducts a bibliographical analysis of the scientific production encompassing this concept, collected through the CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) portal. Exploring the contemporary concepts of social mobility and the democratization of education, this research seeks to comprehend the evolution of these two paradigms in light of recent contributions in the field. Inspired by Dubet's seminal work (2015), which investigates the multiple dimensions of the democratization of higher education, this thesis analyzes how popular preparatory courses, as modern expressions of social mobilization and inclusive education, intersect with these concepts. Through the analysis of the collected data, the study aims to shed light on how these initiatives reflect and influence social mobility and the democratization of education in the Brazilian Higher Education admission system. Furthermore, the research highlights that the concept of popular preparatory courses is still being shaped by current scientific production, but is already emerging as an interconnection between social and intellectual ascent. However, simultaneously, this concept brings forth dilemmas of contemporary capitalism and challenges related to the sustainability of these initiatives in the context of changing Brazilian governments and public education policies.

Keywords: popular preparatory courses; democratization of education; social and intellectual advancement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Número de vagas em cursos de graduação presencial, por região geográfica, segundo a categoria administrativa e tipos de vaga 24
Quadro 1 – Publicações do ano de 2012 sobre o tema “cursinhos populares” 40
Quadro 2 – Publicações do ano de 2013 sobre o tema “cursinhos populares” 40
Quadro 3 – Publicações do ano de 2014 com o tema “cursinhos populares” 41
Quadro 4 – Publicações do ano de 2015 com o tema “cursinhos populares” 41
Quadro 5 – Publicações do ano de 2018 com o tema “cursinhos populares” 42
Quadro 6 – Publicações do ano de 2019 com o tema “cursinhos populares” 43
Quadro 7 – Publicações do ano de 2020 com o tema “cursinhos populares” 44
Quadro 8 – Publicações do ano 2021 a 2023 com o tema “cursinhos populares” 45
Quadro 9 – Periódicos do ano 2007 a 2014 que publicaram artigos com o tema “cursinhos populares”, por estado e região geográfica 46
Gráfico 1 – Número de publicações por estados do Brasil com o termo “cursinhos populares” desde 2007 a 2023 (1º sem.) 47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CMES	Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 16

2.1 Organização institucional do Ensino Superior no Brasil pós-1998 16

2.2 Expansão do sistema: uma análise bibliográfica 23

3 MAPEANDO OS TERMOS DO DEBATE: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA 35

3.1 A construção do banco de dados 36

3.1.1 Fonte de dados 36

3.1.2 Busca e coleta de dados 37

3.1.3 Variáveis do banco de dados 37

3.1.4 Ampliação do banco de dados 38

3.2 Análise descritiva da estrutura final do banco 39

3.3 Análise de conteúdo: a ascensão social e a democratização do ensino 49

3.4 O banco de artigos e a intersecções e decorrências da obra de Dubet 62

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 67

REFERÊNCIAS 73

APÊNDICE A – BANCO DE DADOS DE ARTIGOS SOBRE O TEMA CURSINHOS POPULARES 81

APÊNDICE B – PERIÓDICOS DO ANO 2007 A 2023 (1º SEM.) QUE PUBLICARAM ARTIGOS COM O TEMA "CURSINHOS POPULARES", POR ESTADO E REGIÃO GEOGRÁFICA 83

1 INTRODUÇÃO

A Educação Superior desempenha papel crucial na formação intelectual e científica da sociedade, desdobrando-se em uma instituição social de extrema importância. O crescente interesse acadêmico por essa etapa educacional, aliado ao desenvolvimento tecnológico e à globalização, evidencia a necessidade de uma universidade que esteja apta a lidar com os desafios contemporâneos (Martins, 2021). Neste cenário, os cursinhos populares se colocam como um elemento essencial para o acesso ao Ensino Superior no Brasil de grupos historicamente desfavorecidos.

Com a expansão do ensino superior, impulsionada por políticas governamentais no Brasil, discutidas no capítulo 1, surge a preocupação não apenas com a quantidade de alunos matriculados, mas também com a equidade desta inclusão. Ou seja, criar condições para que grupos que historicamente apresentam baixa proporção de matrículas em relação à sua composição na sociedade (pretos, pardos e indígenas, por exemplo) possam também ingressar no ensino superior.

Dentro desse panorama, Dowbor (2001) ressalta o desafio da educação em mobilizar suas forças para promover uma convergência entre o potencial tecnológico e os interesses humanos. O conhecimento e a educação desempenham um papel central na reprodução social. Este desafio se torna maior quando se consideram as desigualdades quando se trata de acesso ao ensino superior.

Considerando a análise bibliográfica realizada para a produção desta dissertação, destaca-se a relevância dos cursinhos populares para trazer acesso ao público estudantil das camadas populares e menos favorecidas economicamente para entrada nas instituições de ensino superior. Nesse sentido, o objetivo da dissertação foi oferecer um panorama da produção bibliográfica a respeito dos cursinhos populares, feita a partir do banco de dados de artigos da plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O foco da presente dissertação será abordar a relação entre a suposta democratização do ensino superior (Dubet, 2015) e a ascensão social e intelectual desses indivíduos por meio dos cursinhos populares. Esses conceitos estão intrinsecamente ligados, pois a democratização do ensino busca garantir o acesso igualitário à educação, permitindo que indivíduos de diferentes camadas sociais tenham a oportunidade de ascender socialmente e intelectualmente por meio do ensino superior.

A seção de análise bibliográfica explorará essa interseção, apresentando estudos que evidenciam os avanços e desafios na democratização do ensino e os impactos da ascensão social e intelectual na vida dos indivíduos.

Dessa forma, esta introdução estabelece as bases para uma discussão sobre a relação entre a educação superior, o acesso ao ensino superior por meio de cursinhos populares e as dimensões da democratização do ensino e da ascensão social e intelectual. A dissertação irá explorar os diferentes aspectos dessas temáticas, de acordo com a produção acadêmica selecionada, de maneira a contribuir para o debate sobre a expansão, qualidade e transformação do ensino superior no Brasil.

Visto que esta dissertação pretende articular três conceitos: cursinhos populares, ascensão e democratização, é necessário esclarecer como os conceitos de ascensão e democratização se relacionam.

A ascensão intelectual e social é um conceito que se refere ao processo de desenvolvimento intelectual de um indivíduo, bem como à sua capacidade de progredir socialmente, conquistando posições de destaque e influência na sociedade (Nogueira, C.; Nogueira, M. 2013). Essa ascensão pode ocorrer por meio da aquisição de conhecimento, habilidades e competências que capacitam o indivíduo a superar barreiras e alcançar um nível mais elevado de educação e status socioeconômico.

No contexto do ensino superior, a ascensão intelectual e social está, nas classes menos favorecidas, relacionada ao acesso e à conclusão de cursos de graduação em instituições de ensino superior, como universidades e faculdades. A obtenção de um diploma de nível superior é socialmente percebida como um fator determinante para o crescimento intelectual e para o avanço na carreira profissional (Nogueira, C.; Nogueira, M. 2013).

O ensino superior deveria oferecer oportunidades de aprofundamento do conhecimento em áreas específicas de estudo, bem como o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, análise, síntese e resolução de problemas complexos. Além disso, o ambiente acadêmico do ensino superior promove a interação com professores e colegas de diferentes origens e perspectivas, enriquecendo o processo de aprendizagem e possibilitando o desenvolvimento de uma visão mais abrangente e contextualizada do mundo.

É comumente disseminado no discurso corrente na sociedade que a conclusão de um curso de graduação em uma instituição de ensino superior confere ao indivíduo uma série de benefícios, incluindo a obtenção de um título acadêmico reconhecido, o que poderia facilitar a entrada no mercado de trabalho e abrir portas para oportunidades profissionais mais promissoras (Rosa, 1990). Além disso, o ensino superior é, frequentemente, socialmente associado a maiores salários e melhores condições de trabalho, o que poderia contribuir para a ascensão social e econômica do indivíduo e de sua família (Rosa, 1990).

No entanto, é importante ressaltar que o acesso ao ensino superior nem sempre é igualitário. Diferenças socioeconômicas, culturais e educacionais podem criar barreiras que dificultam o acesso de certos grupos sociais a essa etapa de ensino. A desigualdade de oportunidades educacionais pode perpetuar ciclos de exclusão social e limitar a ascensão intelectual e social de indivíduos menos privilegiados (Bourdieu, 2023).

Nesse sentido, políticas públicas voltadas para a democratização do acesso ao ensino superior desempenham um papel fundamental na promoção da ascensão intelectual e social. Essas políticas incluem a implementação de programas de cotas raciais e socioeconômicas, a oferta de bolsas de estudo e financiamento estudantil, a criação de cursos preparatórios e ações afirmativas que visam reduzir as desigualdades e ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior (Heringer, 2018). A formação de profissionais qualificados e engajados, com sólida base de conhecimento e habilidades relevantes, contribui para o desenvolvimento econômico, científico, cultural e social de um país, gerando inovação, progresso e avanço em diversas áreas (Dowbor, 2001).

Em resumo, boa parte da literatura consultada neste trabalho considera que ascensão intelectual e social está intrinsecamente relacionada ao ensino superior, representando um processo pelo qual os indivíduos adquirem conhecimento, desenvolvem habilidades e competências e conseguem progredir socialmente. O acesso igualitário ao ensino superior, por meio de políticas públicas inclusivas, é fundamental para garantir que todos os indivíduos tenham oportunidades de ascender intelectualmente e alcançar um nível mais elevado de status e realização pessoal.

Tendo em vista a relação entre os conceitos, esta dissertação pretende traçar o “estado da arte” sobre a temática em questão. Verificou-se que as pesquisas que usam o conceito de “cursinhos populares”, e termos relacionados, são relativamente recentes no Brasil, sendo 2007 a ocorrência mais antiga na base consultada e estabelecendo-se um ritmo de produção mais contínuo a partir de 2011. Nesse sentido, a temática se revela relativamente nova, tendo aumentado a produção efetivamente nos últimos 11 anos. Avançando um pouco na apresentação dos resultados, destaca-se o estudo de Kato (2011), intitulado "O papel dos cursinhos populares nos acessos e mudanças de perspectivas de seus participantes", que é o primeiro a evidenciar a importância dessas iniciativas extragovernamentais na facilitação do acesso à universidade para as camadas mais vulneráveis da população, unindo diferentes extratos sociais e buscando reduzir as desigualdades educacionais. Neste trabalho é ressaltado que os cursinhos populares podem operar superando a ideia conteudista de acúmulo de informações, já que se busca, nesses núcleos, amenizar desigualdades, principalmente por meio da ampliação do capital cultural e social, e assim subverter algumas das amarras impostas pela primazia do capital econômico (Kato, 2011, p. 23).

Outro estudo relevante e recente é o de Vicente (2022), intitulado "Cursinhos populares e a juventude: potencialidades e contradições". Nessa pesquisa, são abordadas as potencialidades e contradições dos cursinhos populares como iniciativas de inclusão e redução das desigualdades educacionais. Esses espaços têm o potencial de serem fontes de ricas pesquisas sobre a juventude e uma educação emancipatória. No entanto, é destacado que também podem reproduzir concepções pedagógicas instrumentalizadas voltadas exclusivamente para a aprovação em vestibulares. Essa tensão entre reprodução e concepções emancipatórias parecem expressar o “estado da arte” do debate acadêmico a respeito do tema, e é com ele

que temos a discussão mais acabada até o momento.

O debate em torno da democratização do acesso ao ensino superior também esteve presente de maneira mais explícita pela primeira vez no estudo de Pereira, Raizer e Meirelles (2010), intitulado "A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares", que destaca a importância dos cursinhos populares como agentes de democratização do acesso ao ensino superior. Essas iniciativas surgiram em meio à desigualdade de acesso ao ensino superior no Brasil, principalmente entre os grupos sociais mais pobres e afrodescendentes. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior traz à tona questionamentos sobre o próprio sistema educacional e sua universalização em contraste com a qualidade do ensino oferecido à juventude brasileira.

Além da questão do acesso ao ensino superior, também é importante considerar a temática do ingresso no mercado de trabalho, como feito por Amaral e Oliveira (2011). As autoras demonstram que a conclusão da graduação traz melhorias na vida dos indivíduos, uma vez que muitos conseguem empregos em suas áreas de formação, com direitos trabalhistas, estabilidade, evolução na carreira e melhorias salariais. Esses resultados contribuem para o aumento da autoestima e ampliação das perspectivas profissionais.

No contexto da escolha profissional de jovens das camadas desfavorecidas, o estudo de Valore e Cavallet (2012), "Escolha e orientação profissional de estudantes de curso pré-vestibular popular", destaca a relevância da condição socioeconômica nesse processo. A orientação profissional surge como uma ferramenta fundamental para aproximar a educação do mundo do trabalho e incentivar o planejamento de projetos de vida que promovam uma sociedade mais inclusiva.

Por fim, o estudo de Castro (2012), "Educação popular, movimentos sociais e cursinhos populares: uma análise pelo espaço", aborda o movimento dos cursinhos populares como um sujeito coletivo que surge da articulação entre ações do movimento estudantil e movimentos sociais. Essa articulação contribui para incluir na agenda da sociedade brasileira o debate sobre a democratização do acesso à universidade.

Diante do exposto, a presente introdução estabeleceu os parâmetros para a discussão sobre a relação entre a educação superior, o acesso ao ensino superior por meio de cursinhos populares e as dimensões de democratização do ensino e ascensão social e intelectual. Ao longo deste trabalho, serão explorados os diferentes aspectos dessas temáticas, analisando pesquisas acadêmicas e contribuindo para o debate sobre a expansão, a qualidade e a transformação do ensino superior no Brasil. A presente dissertação se organiza, além desta introdução, em mais dois capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “O Ensino Superior no Brasil”, está um breve apanhado histórico que busca descrever a estrutura organizacional do ensino superior no país e apresentar a diversidade de cursos e suas particularidades e objetivos. Enquanto os bacharelados preparam os estudantes para atuação em pesquisa e mercado, as licenciaturas habilitam para a docência. Já os cursos tecnológicos oferecem formação prática e rápida inserção no mercado de trabalho. Nos últimos anos, houve um crescimento significativo no número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, com maior concentração no setor privado e na modalidade a distância. No entanto, desafios como a falta de doutores no setor privado e desequilíbrios regionais persistem, afetando a qualidade da educação e a pesquisa. Essas questões são importantes para compreender o panorama do ensino superior no país e aprimorar suas políticas educacionais.

No segundo capítulo será realizada uma análise bibliográfica considerando as dimensões de democratização do ensino e a ascensão social e intelectual. Serão identificadas as principais contribuições dos estudos selecionados para o entendimento dessas temáticas e estabelecidas conexões entre os diferentes aspectos abordados ao longo do trabalho. A partir dessa análise, serão apresentadas considerações críticas e reflexivas que contribuam para o aprofundamento do debate e apontem caminhos para a melhoria do ensino superior no Brasil.

Com esta introdução, espera-se que os leitores tenham uma visão abrangente e contextualizada sobre a temática em questão, compreendendo a importância da democratização do ensino superior, o papel dos cursinhos populares nesse processo, a relevância da formação docente e os impactos sociais e intelectuais proporcionados pelo acesso à educação superior. O trabalho a seguir se aprofundará em cada uma dessas dimensões, apresentando análises, discussões e propostas que contribuam para a construção de um ensino superior mais inclusivo, qualificado e transformador.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Neste capítulo faremos uma breve recapitulação histórica-institucional de como se estruturou legalmente o Ensino Superior no Brasil. A descrição do arcabouço normativo tem como objetivo contextualizar as atuais políticas públicas de acesso ao ensino superior no país a partir da redemocratização pós-1988. Afinal é necessária a formatação das políticas atuais de ensino no Brasil para mapear como se configura a educação superior no Brasil e, no capítulo seguinte, focar especificamente no tema dos cursinhos populares.

Iniciaremos com uma abordagem cronológica da legislação e de algumas breves estatísticas de como se estrutura o ensino superior no Brasil em seus próprios termos legais, para que possamos contextualizar os conceitos trabalhados posteriormente nesta dissertação. Partiremos das classificações mais amplas das instituições de ensino superior até as suas subdivisões e pré-requisitos institucionais para cada classificação.

2.1 Organização institucional do Ensino Superior no Brasil pós-1998

As instituições brasileiras de ensino superior estão organizadas sob as seguintes categorias: públicas e privadas. As instituições públicas são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podem ser: Federais, mantidas e administradas pelo Governo Federal; estaduais, mantidas e administradas pelos governos dos estados; Municipais, mantidas e administradas pelo poder público municipal.

As instituições privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Elas podem se organizar como instituições privadas com finalidade de lucro ou particulares em sentido estrito, instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Após a Constituinte de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira (LDB) é o principal marco institucional que formatou de forma significativa a estrutura do ensino superior no Brasil.

Este trabalho procura entender a conceituação de cada um dos modelos propostos pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da LDB. A Lei estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e, ainda, nas manifestações culturais.

A LDB, em seu art. 43, estabelece que a educação superior tem por finalidade:

> I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
>
> II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
>
> III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
>
> IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
>
> V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
>
> VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
>
> VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (Brasil, 1996, cap. IV, art. 43).

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (Brasil, 1996) foi aprovada mediante projeto exclusivo do Ministério da Educação, na pessoa do relator Darcy Ribeiro, vencendo o projeto elaborado pela Câmara Federal com contribuição da sociedade civil e universidades. A estrutura desta lei que perdura até a atualidade não contempla a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo permitida a criação de instituições de ensino superior que oferecem apenas ensino. Além disso, propõe a atribuição de avaliações padronizadas para finalistas de cursos de graduação, as quais, na prática, não contribuem para a melhoria do ensino no Brasil, tendo caráter exclusivamente punitivo.

Entretanto, em 1997, logo após a LDB ter sido aprovada, abriu-se a possibilidade de uma instituição de ensino superior ser com fins de lucro, o que não era possível até então. Essa possibilidade criou distorções no sistema que perduram até a atualidade (Scudeler, 2022). Dentro do universo das instituições privadas sem finalidade de lucro, as categorias possíveis são:

a) Comunitárias: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;

b) Confessionais: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

c) Filantrópicas: são as instituições de educação ou de assistência social que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração. De acordo com o site do MEC, “são modalidades de atos autorizativos das instituições de educação superior: credenciamento e recredenciamento, conforme sua organização acadêmica, as instituições são credenciadas como: Faculdades; Centros universitários e Universidades” (Brasil, 2023).

É estendida aos centros universitários credenciados pelo Ministério da Educação a autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, previstos na Lei nº 9.394 (Brasil, 1996).

Os centros universitários poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária, devidamente definidas no ato de seu credenciamento, nos termos do § 2º do art. 54, da Lei nº 9.394 (Brasil, 1996).

Os centros universitários não estão obrigados a fazer pesquisa. Também não precisam oferecer pós-graduação *stricto sensu*. Já as faculdades e institutos superiores não gozam de nenhuma autonomia e necessitam de autorização do MEC para fazer qualquer procedimento. Seus diplomas têm de ser registrados por uma universidade, os professores não precisam ser titulados e só oferecem cursos de graduação ou pós-graduação *lato sensu*. Como mostra o trabalho de Santos (2007), os centros universitários fazem parte de uma estratégia governamental segundo a

qual os centros atendem da demanda por um ensino superior de massas e de caráter técnico-profissionalizante.

Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam, em princípio, pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar, nos termos das normas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o seu credenciamento (Brasil, 1997b).

Além das faculdades vinculadas às universidades, há faculdades isoladas, sem vínculos com universidades: são instituições de educação superior, públicas ou privadas, com propostas curriculares em uma ou mais de uma área do conhecimento. As faculdades isoladas têm o regimento unificado e são dirigidas por um diretor-geral. Podem oferecer cursos em vários níveis, sendo eles de graduação (ex: Direito), cursos sequenciais e de especialização e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Faculdades Integradas são aquelas que reúnem instituições de diversas áreas do conhecimento e oferecem ensino e, às vezes, extensão e pesquisa. Inicialmente, a instituição é credenciada como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as respectivas prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já anteriormente credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade. O primeiro credenciamento da instituição tem prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para as universidades. Atualmente, o recredenciamento deve ser solicitado pela instituição a cada ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Para a oferta de educação superior na modalidade a distância, as instituições deverão ser credenciadas para atuar nesta modalidade de ensino e, para isso, devem estar previamente habilitadas para oferta de educação superior na modalidade presencial no sistema federal, conforme o disposto no Art. 10, caput e § 7º, do Decreto 5.622/2005 (Brasil, 2005c).

De acordo com o Decreto 5.773 (Brasil, 2006), as universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

> I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
>
> II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
>
> III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral (Brasil, cap. IV, art. 52, 1996)
>
> § 1º A criação de universidades federais se dará por iniciativa do Poder Executivo, mediante projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional.
>
> § 2º A criação de universidades privadas se dará por transformação de instituições de ensino superior já existentes e que atendam o disposto na legislação pertinente (Brasil, 1997a, art. 5, §1º e 2º).

Para iniciar a oferta de curso superior, as instituições de educação superior devem ser credenciadas. Este ato é expedido pelo Ministério da Educação para as instituições privadas e deve ser renovado a cada ciclo avaliativo.

O funcionamento de instituições de educação superior sem o devido ato de credenciamento/recredenciamento configura irregularidade administrativa, sem prejuízo dos efeitos da legislação civil e penal, de acordo com o Art. 11 do Decreto 5.773 (Brasil, 2006).

Deve ter uma oferta regular de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas de conhecimento, com estruturação pluridisciplinar, integrada através de mecanismos apropriados de gestão acadêmica, bem como possuir corpo docente com pelo menos um terço de professores com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e pelo menos um quinto de professores em regime de tempo integral (Brasil, 2006).

A criação de novas universidades e de novos centros universitários, através do credenciamento de faculdades integradas já existentes, é também um reflexo do crescimento do ensino médio, que, por sua vez, está respondendo a duas forças propulsoras que movem a expansão do ensino superior: por um lado, às necessidades do mercado de trabalho, que demanda profissionais capacitados (Martins, 2000); por outro, às necessidades e ambições da população.

Diante dessas classificações, é importante entender, então, o significado, a missão e o caráter de cada uma das categorias apresentadas. Essa variada diversificação que ocorre no setor educacional procura responder a alguns fatores, tais como a necessidade de acompanhar as transformações no mercado de trabalho, a massificação do ensino, os altos custos que o desenvolvimento de pesquisas envolve, o que impossibilita que todas as instituições consigam manter o desenvolvimento da pesquisa e sua relação com o ensino.

Dada à inviabilidade, especialmente das questões financeiras e de recursos humanos, o esperado é que surjam diferentes tipos de instituições. Ou seja, mesmo diante da demanda e das possibilidades de absorção por parte do mercado e do espaço para o crescimento do setor educacional, nem todas as instituições conseguem manter o seu status universitário (Corbuti; Kurbota; Meira; 2016).

Necessidades diferenciadas remetem a respostas também distintas, não só em termos dos produtos e serviços, mas também dos arranjos institucionais ou modelos capazes de promover tais ofertas. Dessa forma, este trabalho assume que o modelo único de universidade que reúne a pesquisa e extensão, que se mostrou bastante adequado às sociedades durante um determinado momento histórico, tornou-se inviável para o conjunto das instituições atualmente.

Pode-se optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. A seguir as definições de cada um deles:

Bacharelado: em termos gerais, são definidos por bacharelado os cursos que são realizados somente após a conclusão do ensino médio, nos quais se dá ao profissional a habilitação para exercer inúmeras atividades de determinada área do conhecimento que for escolhida, como pesquisas e ensino. Os cursos de bacharelado têm duração máxima de quatro a seis anos, e os concluintes deste tipo de curso são chamados de bacharéis.

Licenciatura: a licenciatura é também realizada somente após o término do ensino médio, em que o profissional se habilita em realizar várias funções referentes às inúmeras áreas do conhecimento direcionadas ao ensino e aprendizagem de crianças, jovens e adultos, divididos respectivamente entre ensino infantil, fundamental e médio.

Formação Tecnológica: os cursos tecnológicos ou cursos de tecnologia são também conhecidos como cursos de curta duração, já que sua carga horária é inferior aos cursos de bacharelado e licenciatura. Eles também podem ser identificados como os cursos de dois anos e tornaram-se bastante comum, especialmente para algumas áreas, como alguns segmentos da Administração e Tecnologia da Informação. Os concluintes deste curso são chamados de tecnólogos.

Há alguns cursos que podem ser bacharelado ou licenciatura. É o caso de Física, Biologia ou Matemática, por exemplo. A diferença entre os dois é que o bacharel é formado para a atuação na pesquisa, na universidade ou no mercado, e o licenciado tem habilitação para lecionar no ensino fundamental, médio ou no ensino técnico de nível médio. Algumas faculdades permitem até que o estudante saia com os dois títulos. Por isso, na hora de escolher o vestibular, é importante que o interessado fique atento ao que a instituição oferece.

Os cursos de tecnologia costumam ser mais curtos do que os bacharelados e oferecem uma formação voltada para a prática. Quem precisa de diploma para, por exemplo, crescer na carreira, ou visando ao ingresso imediato no mercado de trabalho, deve buscar as instituições que ofereçam cursos tecnológicos.

Os cursos de tecnologia oferecem formações nas seguintes áreas: Ambiente, Saúde e Segurança; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais.

Dada essa classificação e conceitualização da estrutura organizacional do Ensino Superior no Brasil, descreveremos na seção seguinte alguns dados baseados na bibliografia da área sobre como o ensino superior mudou no Brasil desde a Constituição de 1988.

2.2 Expansão do sistema: uma análise bibliográfica

Nesta seção faremos uma breve recapitulação das análises que nos dão um panorama de como evoluiu o ensino superior no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 2000.

De acordo com Cunha (2017), em 1931, cerca de 20.000 alunos estavam matriculados em cursos de Engenharia, Medicina e Direito, em duas ou três universidades e um número indeterminado de faculdades isoladas; 70 anos depois temos números gigantescos.

O crescimento do número de instituições no período de 2003 a 2014, durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, foi significativo (Ristoff, 2013). Conforme dados do Censo do Ensino Superior de 2002 a 2016, as matrículas mais do que dobraram em 14 anos, mas o crescimento do 1% de maiores instituições foram maiores do que todo o crescimento entre os 90% das instituições menores. Ao final do período analisado, o setor privado respondeu por 77% de toda a concentração, e a educação privada a distância, sozinha, por 40% (Carvalhaes; Medeiros; Tagliari, 2021).

Em 2012, por exemplo, o Censo da Educação Superior registrava 2.416 instituições; em 2013, 2.391; e, em 2014, 2.368. Nos últimos dez anos, no entanto, apesar das inúmeras fusões e aquisições que explicam a diminuição, em função da ostensiva atuação no setor educacional de grandes grupos empresariais, o número de instituições tem mostrado um crescimento significativo. O decréscimo em 2013 e 2014, é importante enfatizar, ocorre não em função de diminuição de demanda, mas em função de reorganização, reagrupamentos e transferências de mantença de instituições decorrente das fusões e aquisições no setor privado (Ristoff, 2013).

Ristoff (2013) nos dá um panorama sobre a desigualdade regional da distribuição de instituições de ensino superior, em um período entre 2008 e 2012. Segundo o autor, é possível observar que o Norte cresceu consideravelmente, iniciou com 139 escolas superiores e chegou a 165 – foram 26 a mais. Quanto à organização acadêmica das instituições que compõem o sistema de educação superior, verifica-se que, das 2.368 instituições existentes no país, segundo o autor, 1.986 são faculdades, 195 são universidades, 147 são centros universitários, 38 são Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e 2 são Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), (Ristoff, 2013).

Vimos que pela Constituição Federal de 1988, Art. 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). Entre os grandes desequilíbrios da educação superior brasileira (desequilíbrio entre as áreas do conhecimento, desconexão, por vezes, marcante com as necessidades do desenvolvimento, desequilíbrio regional etc.) está decididamente o da quantidade de matriculados nas diferentes áreas de formação. Em todas as áreas, exceto em Educação, o Brasil está em grande desvantagem na comparação com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A situação, comparativamente, parece grave em todas as áreas do conhecimento (Ristoff, 2013).

A tabela a seguir representa o panorama das desigualdades regionais segundo o último censo do qual tivemos acesso, o de 2017.

Tabela 1 – Número de vagas em cursos de graduação presencial, por região geográfica, segundo a categoria administrativa e tipos de vaga

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	TIPOS DE VAGA	TOTAL	REGIÃO GEOGRÁFICA				
			NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
Total	**Total**	**6.075.252**	**383.771**	**1.138.928**	**3.086.636**	**911.032**	**554.885**
	Vagas Novas	3.857.572	254.786	782.705	1.919.282	532.619	368.180
	Vagas Remanescentes	2.209.712	127.798	354.246	1.165.306	376.576	185.786
	Vagas Programas Especiais	7.968	1.187	1.977	2.048	1.837	919
Pública	**Total**	**688.767**	**56.776**	**184.377**	**243.619**	**126.086**	**77.909**
	Vagas Novas	526.169	47.939	149.532	187.839	87.221	53.638
	Vagas Remanescentes	159.961	8.410	33.817	55.545	38.303	23.886
	Vagas Programas Especiais	2.637	427	1.028	235	562	385
Privada	**Total**	**5.386.485**	**326.995**	**954.551**	**2.843.017**	**784.946**	**476.976**
	Vagas Novas	3.331.403	206.847	633.173	1.731.443	445.398	314.542
	Vagas Remanescentes	2.049.751	119.388	320.429	1.109.761	338.273	161.900
	Vagas Programas Especiais	5.331	760	949	1.813	1.275	534

Fonte: INEP (2019).

Segundo a tabela acima, os dados do Censo do Ensino Superior de 2017, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a região Sudeste segue liderando a quantidade de vagas oferecidas nas IES presenciais; o total foi de 3.086.636. Essa quantia representou 50,8% das oportunidades, no somatório de todas as regiões. A rede privada teve 2.843.017 vagas, e a pública, 243.619.

Em segundo lugar, o Nordeste ofereceu, em 2017, o total de 1.138.928 vagas nos cursos presenciais, sendo que, dentre elas, 954.551 foram na rede privada e 184.377 na pública (INEP, 2019).

As desigualdades regionais se mantiveram, e a região Norte segue a última no *ranking*, em relação às demais. Seu total foi de 383.771 vagas, sendo 326.995 para a rede privada e 56.776 para a pública.

O significado da discrepância entre o número de instituições e de cursos nos setores público e privado parece estar, primeiro, no fato de que as instituições públicas são, majoritariamente, universidades, ou seja, são em geral maiores em termos de número de ofertas de vagas do que a maioria das faculdades. Uma segunda explicação parece estar no fato de que o setor privado raramente oferta cursos que não sejam economicamente lucrativos, colocando grande ênfase em cursos com maior demanda e restringindo, portanto, o escopo da oferta. No setor público, por outro lado, raramente se desativam cursos, mesmo que a procura seja baixa e o número de matrículas pequeno. A criação de novos cursos, neste caso, significa acréscimo e não substituição ou desativação, implicando, com o tempo, uma oferta de cursos mais diversificada e proporcionalmente maior do que a do setor privado.

Embora nos últimos anos o setor público tenha ensaiado uma reação (Senkevics, 2021), ao longo dos anos, fica evidente que o crescimento do setor privado se mantém em ritmo acelerado, indicando que, a se manter nos percentuais atuais, o alcance da meta prevista no novo Plano Nacional de Educação (PNE), qual seja, de que 40% das novas matrículas da graduação devem estar em instituições públicas até 2024, se torna improvável. Fica evidente, portanto, que, no tocante a este chamamento específico, o Brasil, que já vinha ampliando anualmente seus investimentos em educação, continuará com política idêntica pelo menos até 2024, prazo estipulado pela lei do PNE, considerando-se, evidentemente, que a lei do PNE

de 2014 resistirá à instabilidade política, às dificuldades econômicas e à crise de legitimidade pelas quais passam o Governo e o Congresso brasileiro no momento. Essa situação se agrava com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu o teto de gastos e impôs um agravamento da situação (Pires, 2021).

A baixa presença de doutores no setor privado tem, sem dúvida, forte impacto sobre a qualidade do ensino de graduação, o desenvolvimento da pesquisa e das inovações tecnológicas e sobre a criação e consolidação de programas de mestrado e doutorado. Esses programas, enquanto não for alterado o presente quadro, deverão permanecer quase que exclusivamente no âmbito das universidades públicas, federais, estaduais e comunitárias. É importante lembrar que a atuação das instituições privadas de educação superior está principalmente concentrada no ensino de graduação. Cabe destacar que este crescimento dos percentuais de docentes mais titulados no quadro das instituições públicas e privadas resulta de diferentes fatores. Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e nas IES estaduais, os planos de carreira tendem a valorizar o doutorado, colocando-o sempre que possível como requisito básico para o início da carreira na instituição (Johnson; Heringer, 2015).

Nas instituições privadas, observa-se que se atende, em princípio, o mínimo estabelecido em lei para o cumprimento das exigências do processo regulatório, sendo este mínimo verificado pelas comissões por ocasião das avaliações *in loco*. A formação de professores para a educação básica, uma das muitas tarefas da graduação brasileira, teve uma política nacional instituída em janeiro de 2009, acompanhada da criação de um piso salarial nacional e de bolsas de iniciação à docência, sob o comando da CAPES (Brasil, 2009b). Este processo tem apresentado avanços e recuos, devendo ser revisto, agora que a Meta 15 do PNE prevê que nenhum professor poderá atuar na educação básica sem formação específica nos componentes curriculares sob sua responsabilidade. A meta é extremamente ambiciosa, pois estudo recente da Secretaria de Educação Superior (SESU) e do INEP demonstra que todas as áreas do conhecimento carecem de professores atuantes com formação específica. Essa carência se estende, em diferentes graus, a todas as regiões e unidades da federação. Trata-se, por isso mesmo, de uma meta de grande importância para o país, pois permitirá que nos próximos dez anos a escola brasileira se livre do improviso na docência que hoje ainda lamentavelmente impera em todos os níveis da educação básica (Johnson; Heringer, 2015).

Os dados indicam, portanto, que, também no quesito formação de professores, não obstante os grandes desafios ainda presentes, o Brasil tem feito grandes avanços, em sintonia com as diretrizes da Conferência Mundial de Educação Superior da Unesco (CMES). Nenhuma outra diretriz da CMES, no entanto, logrou conquistar tantos avanços quanto o chamamento à ação que busca garantir a igualdade de acesso aos grupos insuficientemente representados. O êxito desta política no Brasil deve-se, fundamentalmente, a quatro grandes programas nacionais.

1) Programa Universidade para Todos (PROUNI). Programa de acesso à educação superior privada criado pelo Governo Federal em 2004 (Brasil, 2004), institucionalizado pela Lei nº 11.096 (Brasil, 2005b) e regulamentado pelo Decreto nº 5.493 (Brasil, 2005a). Foi efetivamente implantado em 2005, com o objetivo de conceder bolsas de estudo a estudantes oriundos da escola pública e com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo, para bolsa integral, ou até 3 salários-mínimos, para bolsa parcial.

2) Programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Implantado em 2007, pelo Decreto nº 6.096 (Brasil, 2007), no segundo mandato do Presidente Lula. Propunha, entre outros, a reestruturação e a expansão das universidades federais, especialmente no tocante à interiorização do sistema, buscando criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Além disso, o programa previa diversas diretrizes que infelizmente, em sua maior parte, não saíram do papel.

3) Programa de Financiamento Estudantil (FIES). Já de longa presença no sistema educacional brasileiro, com nomes distintos, foi criado pela Lei no 10.260 (Brasil, 2001), tendo sofrido significativa reestruturação em 2010, com a Lei nº 12.202 (Brasil, 2010), quando passa a ganhar corpo, especialmente em função das novas modalidades de fiança instituídas, dos juros quase simbólicos vigentes e da possibilidade de pagamento da dívida contraída com anos de trabalho nas redes públicas de saúde e educação, para as profissões de médico e de professor da educação básica. Novas e profundas alterações foram feitas no programa em 2015 e 2016, especialmente no tocante às taxas de juros, às faixas de renda para

assegurar acessibilidade, aos critérios de seleção de instituições, cursos e vagas e aos critérios de seleção de estudantes com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

4) Sistema de Seleção Unificada (SISU). Sistema informatizado, gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem, por adesão voluntária, vagas a candidatos participantes do ENEM.

Outras iniciativas democratizantes importantes foram criadas nesta última década e também merecem destaque, como, por exemplo, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), instituída pela Lei nº 11.892 (Brasil, 2008), da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e regulamentada pelo Decreto nº 7022 (Brasil, 2009a), que estabelece medidas organizacionais de caráter excepcional para dar suporte ao processo de implantação da Rede que, é preciso dizer, semeou, até abril de 2016, 644 unidades de IFs pelo país afora; à criação da Universidade Aberta do Brasil, um consórcio de universidades públicas para a oferta de ensino a distância de qualidade, que oferece cursos de graduação e de especialização a centenas de milhares de indivíduos, em todas as regiões do país; e à criação do Programa Mais Médicos, que teve grande impacto na criação de novos cursos de Medicina no país, tanto no setor público quanto no privado, democratizando este que tem sido tradicionalmente um dos cursos mais elitistas do país (Gomes; Tavares; Morais, 2012).

O PROUNI tem a sua origem no plano de governo do então candidato à presidência, Lula. Foi um dos programas de mais rápida implantação, não obstante as duras críticas feitas a ele por diversos setores da sociedade, intelectuais, associações de Reitores, em especial nas instituições públicas federais. Uma das críticas ao programa diz respeito ao fato que apenas uma “parcela muito pequena dos bolsistas do PROUNI tem acesso a ações relacionadas à permanência, número que decai ainda mais quando se consideram atividades com algum tipo de remuneração” (Pires; Ribeiro; Prinhorato, 2023, p. 25).

Com o programa em funcionamento e com as vagas garantidas a estudantes carentes em instituições onde antes só os filhos pagantes das classes média e alta podiam estudar, a veemência das críticas foi se reduzindo. O que se observa hoje é

que do PROUNI já participaram mais de 1,3 milhão de jovens pobres e que mais de 450 mil estudantes, todos pobres, já se graduaram nas mais diferentes áreas do conhecimento, entre eles cerca de dois mil médicos. Para que se tenha uma ideia do significado deste número, basta lembrar que todas as universidades federais juntas graduam por ano cerca de 100 mil estudantes. Ou seja, o PROUNI, durante os seus dez primeiros anos de história, graduou o equivalente a quatro gerações e meia de estudantes formados nas universidades federais (Gomes; Tavares; Morais, 2012).

Com relação ao REUNI, cabe destacar que este programa só se tornou realidade no segundo mandato do presidente Lula, não obstante os esforços pessoais do presidente, desde os primeiros dias de seu governo, reunindo-se com os reitores das universidades federais e procurando buscar o seu apoio para viabilizar o que havia sido estabelecido, ainda como candidato, em seu plano de ação (Sampaio; Andrade, 2020).

A base do que viria a ser o REUNI, portanto, estava na proposta de Lula, com impacto na recuperação, na democratização e na expansão das universidades federais. Os dados da rede federal de universidades dos últimos anos são impressionantes em todos os sentidos. Observa-se, portanto, que logrou êxito significativo na melhoria das estruturas físicas dos *campi*, na abertura de novos cursos e na criação de novas vagas para docentes, técnicos e estudantes, abrindo inúmeras oportunidades, especialmente para jovens estudantes do interior do país. No tocante às metas associadas ao programa (relação professor-aluno e taxa de sucesso), cabe destacar que, embora a intenção do formulador possa ter sido boa, a possibilidade de sua viabilização é pequena. A relação professor-aluno é uma meta difícil de atingir em função de que a atividade docente nas universidades federais nem de longe se esgota no ensino de graduação. Como é sabido e notório, a pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) é amplamente ofertada nas universidades públicas, estaduais e federais (Gomes; Tavares; Morais, 2012).

Embora, é claro, seja sempre desejável que um número cada vez maior de estudantes ingressantes se gradue. A meta de 90% de taxa de sucesso pode levar a inferir que a política foi um fracasso, quando, na verdade, o REUNI foi uma iniciativa extremamente exitosa em muitas frentes, não só pela duplicação do número de vagas públicas e gratuitas ofertadas, também pela interiorização promovida (Sampaio; Andrade, 2020). E ainda, o REUNI promove a retomada dos concursos para docentes e técnicos depois de anos de esvaziamento e restrições. Além disso, houve expansão das verbas de custeio e capital, permitindo a construção de novos prédios e laboratórios e a manutenção da estrutura existente e principalmente pela recuperação da autoestima institucional e a reafirmação da centralidade do sistema universitário público. Como apontam Rossetto e Gonçalves (2015), o REUNI “foi um marco para o ensino superior na rede pública, o qual gerou um acréscimo de 85% das vagas entre 2008 e 2012” (Rossetto; Gonçalves, 2015, p. 799).

Onde o REUNI foi insuficiente, foi justamente no que diz respeito à reestruturação da graduação e, especialmente, na flexibilização dos itinerários formativos. Neste sentido, várias universidades ensaiaram iniciativas inovadoras, com bacharelados e licenciaturas interdisciplinares, por exemplo, mas as resistências à inovação esbarraram, em geral, em concepções historicamente petrificadas dentro das instituições e dentro da própria burocracia do MEC, incapaz de trabalhar adequadamente e com a agilidade necessária, propostas que, por exemplo, aproveitem as novas tecnologias para repensar itinerários, metodologias e práticas de ensino e pesquisa ou o aproveitamento do conhecimento prévio adquirido e da experiência oriundos de estruturas não formais de educação. Neste quesito, há muito a ser feito ainda para que o país possa entrar em sintonia com o chamamento da CMES (Gomes; Tavares; Morais, 2012).

O FIES, a partir de 2010, deixou de ser um programa de permanência do estudante no setor privado e passou a ser um amplo programa de expansão do acesso à educação superior, especialmente em função dos baixos juros e de inovações no sistema de fiança. Importante destacar que, de 1999 a 2009, ou seja, em 10 anos, foram firmados 564 mil contratos. Nos últimos anos (2010-2016), devido às mudanças introduzidas, 2.334.755 contratos foram firmados. Desnecessário dizer que este salto no número de contratos teve impacto direto nas oportunidades de acesso e,

evidentemente, nos recursos aprovados para o financiamento (Artes; Unbehaum; Silverio, 2016).

No âmbito dos parâmetros internacionais, Ristoff (2013) realizou um estudo cuja linha de argumentação parte das recomendações da Conferência Mundial de Educação Superior da Unesco Paris-2009, para acompanhar suas implicações nas políticas brasileiras. A partir do conceito da educação como bem público, sustentado pela Conferência, o autor analisa dados recentes e programas em curso para avaliar como o país incorporou diretrizes e adotou iniciativas que convergem para os objetivos acordados. Indica também o conjunto de políticas que ampliou o acesso de segmentos da população a esse nível de ensino, estimulou a adoção de novas tecnologias e promoveu a mobilidade internacional. Além de afirmar a educação superior como bem público, em contraste com sua crescente mercantilização, a CMES-2009 aprovou a diretriz de garantir a igualdade de acesso aos grupos insuficientemente representados nesse nível de ensino (Ristoff, 2013).

Para avaliar essa dimensão, o estudo de Dilvo Ristoff analisa programas federais criados ou reformulados pelo governo federal ao longo dos primeiros anos do século XXI. Os dados permitem verificar tanto a crescente participação do financiamento público no setor privado, como também o crescimento do investimento federal na ampliação de sua rede de universidades e institutos (Ristoff, 2013).

A partir dos questionários dos ciclos do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é traçado o perfil do estudante de graduação a partir das dimensões de renda familiar, origem escolar (se pública ou privada), a raça/cor dos estudantes, escolaridade dos pais e a condição do estudante trabalhador (Ristoff, 2013).

Comparados os três ciclos naquelas dimensões, como faz Ristoff (2013), os resultados são positivos, especialmente se considerar as imensas desigualdades que marcam o ponto de partida. No entanto, não são satisfatórios quando se mira a necessidade de avançar, com maior velocidade, na ampliação do acesso de distintos grupos populacionais à educação superior, ainda hoje um privilégio de renda, cor e origem social. Lentamente a educação deixa de ser uma herança para se tornar um direito, mas a velocidade da mudança reclama por maior empenho. Em sua

conclusão, o estudo de Ristoff aponta que o Brasil avançava para constituir um sistema de acesso de massa quando, entre outras características, a educação superior atende entre 16 e 30% da população de 18 a 24 anos (Ristoff, 2013).

Em função das recentes restrições orçamentárias e de inúmeras denúncias de irregularidades praticadas por algumas instituições, o FIES foi radicalmente redesenhado, com o número predefinido de vagas a serem ofertadas, limitadas à disponibilidade de recursos, e com critérios de qualidade, pertinência social da oferta e de definição de áreas prioritárias incorporados a um processo seletivo nacional e impessoal para distribuição das vagas às IES participantes, seguido por processo seletivo nacional e impessoal de estudantes. Com essas e outras alterações, o MEC passou a ter um controle mais efetivo de todo o processo de financiamento e, já em 2015, foram ofertadas em torno de 300 mil vagas nesta nova modalidade (Artes; Unbehaum; Silverio, 2016).

Conforme Scudeler, Calderon e Pires (2020), houve um aumento de alunos no Ensino Superior por conta de incentivos estatais, como, por exemplo, o PROUNI e FIES, em 2018:

> O número de alunos no ensino superior saltou para 6,41 milhões de estudantes matriculados, e, ainda que o número de matrículas tenha sofrido uma desaceleração a partir de 2015, continua apresentando tendência de crescimento. Um dos fatores que certamente motivaram essa desaceleração foi a interrupção da oferta do FIES em larga escala, um dos principais fomentos para o crescimento do número de matrículas no ensino superior entre os anos de 2012 e 2014 (Scudeler; Calderon; Pires, 2020, p. 03-04).

Se a expansão da educação superior no Brasil superar os limites impostos ao acesso das populações pobres, negras e negros, populações do campo, povos indígenas e quilombolas, é possível supor que se amplie a democratização de outras esferas da vida de nossa sociedade. Por um lado, a elevação do nível educacional tende a ser uma herança que passa de geração a geração. Além disso, populações mais educadas são potencialmente mais ativas em sua cidadania, mais compreensivas quanto às diversidades e menos suscetíveis a atitudes preconceituosas por razões de cor, gênero e orientação sexual, origem social, renda e local de moradia, religião ou qualquer outro motivo (Ristoff, 2013).

O estudo de Dilvo Ristoff conclui ressaltando as metas do PNE 2014-2024, em especial as metas relativas à educação superior, à pós-graduação e à expansão da educação a distância, expressão da incorporação de tecnologias para a promoção do acesso. Os resultados mais recentes de monitoramento do PNE indicam avanços, lentos, mas na direção desejada. Se a elaboração do Plano decenal motivou a participação de diversos grupos da sociedade, mobilizando educadores, estudantes, organizações da sociedade civil e acadêmicos, além de políticos de distintos partidos, sua aprovação significou para muitos a criação deum campo convergente de esforços para a melhoria da qualidade e da equidade da educação em todos os níveis, considerando ainda a gestão democrática, a valorização das carreiras docentes e a ampliação dos investimentos (Ristoff, 2013).

O trabalho de Dilvo Ristoff lança um desafio: se o caminho aqui descrito e analisado não é o mais adequado para os tempos que se vive e para o futuro desejado, que sejam apresentadas alternativas, com seus pressupostos, objetivos e metas. A história da educação brasileira no século XX tem sofrido uma sucessão de expectativas e frustrações: as inovadoras perspectivas do Manifesto dos Pioneiros, de 1932 são sufocadas pelo Golpe de 1934. A primeira Lei de Diretrizes e Bases e o primeiro Plano Nacional de Educação, elaborados no início dos anos de 1960, sofrem a ruptura da Ditadura Civil-Militar de 1964. Após a Constituinte, concretiza-se o esforço de forjar um novo plano nacional: o PNE de 2001, farto em metas, é podado em seu financiamento (Ristoff, 2013).

O novo PNE 2014-2024, generoso e exigente, sofre o impacto da mudança na política educacional. O novo regime fiscal certamente restringirá a possibilidade de mobilizar o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) previsto para o financiamento das metas. Somam-se, como ações da nova coligação política, a reforma do ensino médio por medida provisória, o desinteresse pela opinião dos estudantes que se mobilizam por uma escola melhor e a ruptura do diálogo com o Fórum Nacional de Educação. Há sinais de uma incompatibilidade entre as decisões e aqueles a quem elas se destinam. Assim, no início do século XXI, a política de educação parece repetir a pior tradição com a qual, desde 1932, parte do país havia decidido romper e superar.

Conforme Medeiros (2007), as profundas diferenças sociais que existem no país justificam que sejam adotadas políticas de inclusão social que estimulem o interesse e o acesso ao ensino superior de pessoas e grupos sociais menos favorecidos. No entanto, de acordo com Groppo (2011), a crise mais séria a ser enfrentada é a institucional, vez que ameaça tornar a universidade, instituição autônoma, em universidade operacional, no contexto da globalização do capital. Ademais dos avanços que o ensino superior no Brasil demonstrou que no decorrer dos anos de 1990, o índice de atendimento da população da faixa etária entre 18 e 24 anos continua baixo se comparado aos alcançados em países com nível de desenvolvimento similar ao do Brasil. Assim, é importante fomentar a expansão da oferta de vagas, aliada à formação dos profissionais e à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico (Corbucci; Kubota; Meira, 2016).

No capítulo seguinte, apresentaremos uma revisão das últimas publicações a respeito do acesso ao ensino superior focalizando nas produções que têm como objeto principal de análise os cursinhos populares e a relação destes com o acesso e democratização do ensino superior.

3 MAPEANDO OS TERMOS DO DEBATE: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, detalharemos a metodologia utilizada para construir o banco de dados de artigos relacionados ao conceito de "cursinhos populares". O objetivo deste trabalho é mapear como esse conceito foi abordado por especialistas desde 2007, ano da primeira ocorrência do termo "cursinho popular" na base de artigos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Nosso esforço visa entender o "estado da arte" da discussão acadêmica sobre os cursinhos populares, que não são apenas locais de aprendizado, mas também espaços onde jovens com desafios semelhantes de acesso ao ensino superior compartilham um ambiente de aprendizado e reflexão em busca de ingresso no Ensino Superior. O acesso à educação superior é o interesse comum que une esses jovens.

O objetivo do capítulo é mapear como o conceito esteve sendo abordado pelos especialistas no assunto desde 2007, data da primeira ocorrência do termo “cursinho popular” na base de artigos da CAPES. Este é um trabalho que almeja entender o “estado da arte” da discussão acadêmica a respeito dos cursinhos que se apresentam não só como um lugar de aprendizado, mas como um espaço onde jovens que enfrentam dificuldades semelhantes de acesso ao ensino superior possam partilhar de um mesmo espaço de aprendizado e reflexão junto com alunos e colegas sobre o almejado Ensino Superior. Afinal, é justamente o interesse pelo acesso aos estudos universitários que compõe o campo comum desses jovens.

Este capítulo se organiza da seguinte maneira: Primeiro, apresentaremos o contexto do banco de dados e justificaremos a estrutura final dele. Em seguida, realizaremos uma análise descritiva do banco de dados e, por fim, uma análise dos conteúdos abordados, destacando as principais temáticas emergentes nos trabalhos relacionados aos "cursinhos".

3.1 A construção do banco de dados

A primeira versão deste banco de dados foi construída para a elaboração do texto do exame de qualificação. O objetivo foi mapear a produção de artigos científicos que continham no título ou nas palavras-chave o conceito “cursinho popular”. Tendo em vista o mapeamento dos termos do debate no Brasil ser o objetivo desta dissertação, a decisão inicial a ser tomada se refere à escolha da fonte de onde seria possível obter os dados a respeito da produção científica relacionada ao tema abordado.

O repositório escolhido para fazer o levantamento dos artigos que contêm o conceito “cursinhos populares” foi o Portal de Periódicos da CAPES. Essa é a fonte mais segura de acesso à produção brasileira. Segundo o próprio site da instituição:

> O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil. São mais de 39 mil periódicos com texto completo e 396 bases de dados de conteúdo diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência.
> Ele foi criado para reunir material científico de alta qualidade e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica brasileira. Assim, o Portal de Periódicos tem o objetivo de reduzir as assimetrias regionais no acesso à informação científica, cobrindo todo o território nacional. É considerado uma iniciativa única no mundo, pois um grande número de instituições acessa o acervo que é inteiramente financiado pelo Governo Federal (Portal [...], 2023).

3.1.1 Fonte de dados

A escolha da fonte de dados foi uma etapa crucial para o sucesso desta pesquisa. Optamos por utilizar o Portal de Periódicos da CAPES como nossa fonte principal de pesquisa, pois esse portal é uma das maiores fontes de acesso a conteúdo científico do Brasil, reunindo uma vasta gama de periódicos, bases de dados e outras fontes acadêmicas. Ele foi projetado para fornecer acesso amplo e igualitário à informação científica em todo o país e é mantido pelo Governo Federal.

3.1.2 Busca e coleta de dados

A busca por artigos relacionados ao conceito de "cursinhos populares" foi realizada no portal da CAPES. Utilizamos o termo "cursinhos populares" como critério de busca, configurando a pesquisa para localizar o termo em qualquer campo, incluindo títulos, palavras-chave e resumos. Essa abordagem abrangente foi escolhida devido à possibilidade de o termo "cursinhos populares" não estar presente no título de todos os artigos e para garantir que termos correlatos também fossem identificados.

3.1.3 Variáveis do banco de dados

O banco de dados foi construído a partir das ocorrências do termo "cursinhos populares" nos artigos encontrados. As seguintes variáveis foram coletadas e serão discutidas em detalhes nas próximas seções:

a) Título do artigo: essa variável nos permite compreender os conceitos-chave abordados pelos autores.

b) Autor(es): fornece informações sobre os autores, suas afiliações e as instituições envolvidas.

c) Ano de publicação: variável que nos permite organizar os artigos cronologicamente e acompanhar o desenvolvimento do tema ao longo do tempo.

d) Revisão por pares: esta informação foi obtida a partir das informações fornecidas pelo portal da CAPES. Optou-se por incluir essa variável para futuras análises.

e) Coleção: indica a revista ou jornal onde o artigo foi publicado.

f) Idioma: especifica o idioma em que o artigo foi escrito.

g) Resumo: contém o resumo de cada artigo.

h) Inclusão ou exclusão: foi criada para evitar a análise repetida de artigos que foram republicados em outro idioma, com preferência pela versão em português.

i) Estado: estado origem da publicação

j) Região Geográfica: região geográfica do Brasil onde o texto foi publicado.

3.1.4 Ampliação do banco de dados

Após a qualificação, decidimos expandir o escopo do banco de dados para incluir teses e dissertações da CAPES. No entanto, encontramos um grande número de ocorrências, totalizando 7220 registros. Isso, por si só, é um dado relevante. Dado que o banco de artigos continha apenas 66 ocorrências, as teses e dissertações representavam mais de dez vezes esse número.

Diante dessa ampliação, optamos por criar uma amostra com as 150 primeiras entradas, começando pelas ocorrências mais recentes (2023) e retrocedendo no tempo. Ao analisar essa amostra, notamos um aumento significativo nas ocorrências em 2022, com 207 registros, e em 2023, com 23 registros. Esses números indicam um crescente interesse acadêmico pelo tema, especialmente entre alunos de mestrado e doutorado.

No entanto, vale destacar que apenas sete das 150 ocorrências da amostra pertenciam à área da pedagogia. A maioria dos registros estava relacionada à psicologia e a outros campos específicos do conhecimento, como matemática, física, química e biologia. Geralmente, esses estudos focavam em processos de aprendizagem e estudos de caso relacionados ao conteúdo oferecido nos cursinhos populares, abordando temas adjacentes ao cerne desta dissertação.

Dado esse cenário, optamos por retornar à estrutura original do banco de dados e incluir os artigos mais recentes publicados até julho de 2023, que contenham o termo "cursinhos populares" e termos correlatos.

O banco de dados completo pode ser encontrado no anexo deste trabalho. Na próxima seção, realizaremos uma análise descritiva do banco de dados, seguida de uma análise de conteúdo.

3.2 Análise descritiva da estrutura final do banco

Nesta seção apresentaremos cronologicamente os textos que compõem o banco de dados, para que se possa ter noção do movimento geral do tema segundo a ordem cronológica da produção bibliográfica. Esta seção aborda o banco por ano.

Segundo o site da instituição,

> O Portal de Periódicos foi oficialmente lançado em 11 de novembro de 2000, na mesma época em que começavam a ser criadas as bibliotecas virtuais e quando as editoras iniciavam o processo de digitalização dos seus acervos. Com o Portal, a CAPES passou a centralizar e otimizar a aquisição desse tipo de conteúdo, por meio da negociação direta com editores internacionais (Portal [...], 2023).

Uma vez que o Portal foi criado nos anos 2000, supõe-se que tudo o que foi publicado a partir dos anos 2000 esteja disponível nele. Entretanto, a primeira ocorrência do termo aparece em 2007.

O ano de 2007 conta com três artigos, dos quais um deles é a versão inglês do mesmo artigo. São eles: “Perfil dos professores de cursinhos alternativos de Uberlândia (II semestre de 2004)” (Lomônaco; Garrote Filho; 2007) e “Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular” (Soares *et al.,* 2007). Ambos os trabalhos focam em estudos de caso e são as primeiras reflexões acerca do tema.

Entre 2007 e as produções seguintes temos um hiato de 4 anos sem nenhuma produção a respeito do tema. Apenas em 2011 temos duas novas produções com o conceito “cursinhos populares” no campo “assunto” do portal da CAPES, são os artigos: “Perfil dos alunos de cursos pré-vestibulares alternativos de Uberlândia, MG” (Garrote Filho; Lomônaco, 2011) e “Cursinho pré-vestibular da CAPO; a percepção musical como prática pedagógica” (Messias *et al.,* 2011). Ambos consistem em estudos de caso, mas já mostram uma reflexão mais profunda a respeito do perfil dos alunos que frequentam os cursinhos e, no outro, temos a música como uma inovação no perfil tradicional dos cursinhos.

No ano de 2012 já temos quatro trabalhos a respeito do tema, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Publicações do ano de 2012 sobre o tema “cursinhos populares”

título do artigo	autor	ano	assunto
Dotaciones a los sacrificios de escolaridad: trayectorias de las clases juveniles	Correa, Lajara Janaina Lopes ; Pinto de Moura, Maria Silvia	2012	Acesso ao ensino superior
A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares	Thiago Ingrassia Pereira ; Leandro Raizer ; Mauro Meirelles	2012	cursinhos populares
Disposições aos sacrifícios da escolarização: trajetórias de jovens das classes populares	Lopes Correa, Lajara Janaina ; Pinto de Moura, Maria Silvia ; Rocha, Librandi da	2012	qualitative research
Perfil dos alunos de cursos pré-vestibulares alternativos de Uberlândia , MG	Mário da Silva Garrote Filho ; Cecília Lomônaco	2012	cursinhos alternativos
Educação popular, movimentos sociais e cursinhos populares: uma análise pelo espaço	Castro, Cloves Alexandre de	2012	cursinhos populares

Fonte: Elaboração própria.

Nesses textos, pode-se perceber a articulação direta entre o conceito de cursinhos populares e a questão social. Também é perceptível que autores que fizeram trabalhos seminais, como Garrote Filho e Lomônaco (2011), continuaram a reflexão na área influenciando trabalhos seguintes.

Quadro 2 – Publicações do ano de 2013 sobre o tema “cursinhos populares”

título do artigo	autor	ano	assunto
Educação, sociologia e cursinhos populares: entrevista com Dulce Whitaker	Whitaker, Dulce ; Kato, Danilo Seithi	2013	educação popular
"Tecendo Sonhos" – cursinho pré-ENEM de educação popular do campo em Espera Feliz: agroecologia, acesso, permanência na universidade e emancipação social	Teixeira, Ramon da Silva ; Lopes, Leandro de Souza	2013	cursinho popular
Os cursos pré-vestibulares populares enquanto espaços educativos e de formação docente: algumas reflexões	Verrangia, Douglas	2013	cursos pré-vestibulares populares
A educação popular como princípio dos cursinhos populares	Carvalho, Marcio de	2013	cursinhos populares

Fonte: Elaboração própria.

Em 2013, o ritmo da produção se mantém com 4 artigos a respeito do tema. Aqui, o tema começa a se desenvolver em um leque maior de estudos, mas se mantém a coerência em torno na questão social e da democratização do ensino.

Em 2014, temos apenas 2 publicações seguindo no alinhamento com o tema da democratização. Desta feita, a reflexão torna-se mais aprofundada, trazendo os limites e contradições dos cursinhos populares.

Quadro 3 – Publicações do ano de 2014 com o tema “cursinhos populares”

título do artigo	autor	ano	assunto
Olhares diante de uma educação democrática	Silva, Silvia Cristina Barbosa da	2014	Acesso ao ensino superior
Cursinhos populares, emancipação e modelo tradicional de ensino: limites e contradições	Azevedo, Renato Chaves	2014	cursinhos populares

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 – Publicações do ano de 2015 com o tema “cursinhos populares”

título do artigo	autor	ano	assunto
O centro de apoio popular estudantil do Tocantins: o cursinho pré-vestibular	Dourado, Benvinda Barros ; Da Silva, Vera Lúcia Aires Gomes	2015	cursinho pré-vestibular
Perspectivas e desafios dos cursinhos populares da Zona da Mata Mineira	De Carvalho, Márcio Francisco ; De Freitas, Maria Célia	2015	cursinhos populares
O papel dos cursinhos populares nos acessos e mudanças de perspectivas de seus participantes	Kato, Danilo Seithi	2015	cursinhos populares
Ensino e aprendizagem vivenciados em um cursinho popular em Ribeirão Preto-SP	Costa, Reijane Salazar	2015	cursinho popular

Fonte: Elaboração própria.

O ano de 2016 conta apenas com um trabalho de estudo de caso, o “Cursinho Popular Emancipa: movimento de educação popular” (Aragão *et al.,* 2016), que versa sobre um estudo de caso, mas mantém a linha da relação entre cursinhos e movimentos populares.

No ano de 2017, a produção na plataforma não trata dos cursinhos em si, mas, sim, de metodologia de aprendizagem. Talvez por isso o número de produções em 2018 aumente para 7 artigos. Percebe-se que novos autores passam a estudar o tema, mesclando estudos de caso, reflexões teóricas e respeito do tema, e, também, a presença de produções no idioma inglês, o que amplifica o acesso à reflexão brasileira para outros lugares do mundo.

Quadro 5 – Publicações do ano de 2018 com o tema “cursinhos populares”

título do artigo	autor	ano	assunto
Ações Formativas Integradas (AFIN)	Adevailton Bernardo dos Santos ; Gláucia Carvalho Gomes ; Sirlei Aparecida Martins Ferreira	2018	ações afirmativas
Os sentidos e os significados do cursinho popular	Derik Neves Vieira ; Roseli Fernandes Lins Caldas	2018	cursinho popular
Trying to “make it there”: underprivileged students and their attempts to reach Higher Education	Bonaldi, Eduardo Vilar	2018	college students
Tentando “chegar lá”: as experiências de jovens de um cursinho popular	Bonaldi, Eduardo Vilar	2018	cursinhos populares
Linguística Aplicada e Estudos discursivos: ensino-aprendizagem de espanhol como língua estrangeira num cursinho popular voltado para o Enem	Ferreira, Carlos Eduardo da Silva	2018	cursinho popular
Política e educação na construção do cursinho popular "Nós por Nós"	Bráulio Roberto de Castro Loureiro	2018	educação popular
A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência	Euzébios Filho, Antonio ; Guzzo, Raquel Souza Lobo	2018	multidisciplinary
Relato de experiência de ensino de relação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em um projeto de extensão de cursinho popular	Viana, Aline De Oliveira	2018	extensão universitária
Movimento social ou reprodução dos cursinhos pré-vestibulares convencionais?	Lucas de Sousa Costa ; Rigler Costa Aragão	2018	educação popular
Movimento social ou reprodução dos cursinhos pré-vestibulares convencionais? Um estudo do Cursinho Popular Emancipa em Marabá, Pará	Costa, Lucas ; Aragão, Rigler	2018	Educação, Cursinho Popular, Movimento Social

Fonte: Elaboração própria.

Em 2019, um novo tema aparece correlato à discussão de democratização do ensino: a população LGBTQIA+; o feminismo e o retorno ao tema da formação docente. O ritmo de produção se manteve o mesmo, com média de 6 artigos por ano indexados na plataforma CAPES.

Quadro 6 – Publicações do ano de 2019 com o tema “cursinhos populares”

título do artigo	autor	ano	assunto
Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente	Groppo, Luís Antonio ; Oliveira, Ana Rosa Garcia de ; Oliveira, Fabiana Mara de	2019	cursinho popular
Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente	Groppo, Luís Antonio ; Oliveira, Ana Rosa Garcia de ; Oliveira, Fabiana Mara de	2019	cursinho popular
Educação em memória e suas relações com o saber	Capucho, Vera Alves Crispim ; Marinho, Genilson Cordeiro	2019	ditadura militar
Cursinho Prepara Trans	Gustavo de Aguiar Campos ; Mariana Cunha Pereira	2019	ações afirmativas
Entre a autoeliminação e o enfrentamento do "incerto": disposições e dissonâncias frente ao ensino superior público	Bonaldi, Eduardo Vilar	2019	cultural capital
As representações sociais na articulação da universidade-escolas-poder público-sociedade - resultados preliminares de um estudo etnográfico	Cruz, Eliane De Souza ; Candiani, Giovano ; Lopes, Joaquim Bernardino ; Costa, Nilza Maria Vilhena Nunes da ; Silva, Alcina Maria Testa Braz da ; Queiroz, Glória Regina Pessôa Campello	2019	extensão

Fonte: Elaboração própria.

Em 2020, as reflexões a respeito da educação e da democratização do acesso ganham corpo e já estão presentes nos títulos dos trabalhos. Porém outro tema surge e ganha relevância e reflexão: a pandemia de 2020 e seus impactos nas dinâmicas dos cursinhos. O número de artigos também aumenta, passando da média de 6 para 10.

Quadro 7 – Publicações do ano de 2020 com o tema “cursinhos populares”

título do artigo	autor	ano	assunto
Cursinho popular e competências matemáticas: Impacto no acesso ao ensino superior	Lopes, Ronaldo André ; Cardoso, Andrea	2020	cursinho popular
Cursinhos comunitários e o direito à educação	Rimoli, Josely ; Spatti, Ana Carolina ; Campos, Matheus Leite de ; Lima, Flavia Traldi de	2020	cidadania
Ações Formativas Integradas	Borges, Fábio Silva ; Landim, Henrique Ferreira ; Vieira, Sabrina Nunes ; Gomes, Marcos de Souza	2020	ações afirmativas
Pré-vestibulares populares e a democratização do acesso ao ensino superior	SIMÃO, Felipe Pinto ; SILVA NETO, Nathanael Da Cruz e ; TORRES, Julio Cesar	2020	acesso ao ensino superior
Mulheres quilombolas na comunidade do Córrego do Meio e a busca pela educação formal	Paiva, Tawani Mara de Souza ; Eiterer, Carmem Lucia ; Vencato, Anna Paula	2020	mulheres quilombolas
Os cursinhos pré-vestibulares populares e suas práticas pedagógicas antirracistas	Vitorino, Diego da Costa	2020	cursinhos pré-vestibulares
Instrumento de autoavaliação para estudantes de cursinhos populares: a evasão como problemática	Campos, Luciana Maria Lunardi ; Cruz, Natália Harue da	2020	cursinho pré-universitario
Cursinhos comunitários e o direito à educação	Rimoli, Josely ; Spatti, Ana Carolina ; Campos, Matheus Leite de ; Lima, Flavia Traldi de	2020	cursinhos populares

Fonte: Elaboração própria.

Nos anos de 2021, 2022 e 2023, (até julho, quando se deu a redação deste trabalho) o ritmo de produção cai. O tema da pandemia não é abordado e as discussões retornam aos estudos de casos e uma reflexão mais ampla a respeito dos cursinhos e juventude.

Para entender melhor a origem geográfica dessas publicações, no anexo desse trabalho consta um quadro que apresenta uma lista de publicações acadêmicas relacionadas ao conceito de "cursinhos populares", juntamente com informações sobre o estado, a região geográfica e o ano de publicação de cada uma delas. Essas publicações são provenientes de diferentes revistas e periódicos, abrangendo um período que vai desde 2007 até 2023. Abaixo, um trecho do quadro cuja totalidade consta no anexo deste trabalho.

Quadro 8 – Publicações do ano 2021 a 2023 com o tema “cursinhos populares”

título do artigo	autor	ano	assunto
Práticas hegemônicas nos cursinhoa populares universitários e os objetivos institucionalizados: aproximações e afastamentos para o caso da UNESP	Da Costa Casaut, Raul ; Amadeu Moura Bego	2021	cursinhos populares
Relato de experiência vivenciada no cursinho popular multicampi Emancipa: movimento de educação popular com ênfase na prática docente do componente curricular de química, Santana do Araguaia – PA	Sousa, Samuel da Silva ; Gomes, Lisnéa de Oliveira ; Castro, Cecilia Orellana ; Evangelista, Cristiane Johann	2021	cursinhos populares
Escritas de Si, gênero e cursinhos pré-vestibular popular: olhares para as juventudes em espaços não escolares de formação	Groff da Silva, Bárbara Virgínia ; Hass da Silva, Eduardo Cristiano	2021	cursinho popular
Construindo razões para a docência: as contribuições e limites de um cursinho popular na formação inicial de licenciados das ciências da natureza na UFBA	Santos, Hugo Henrique David da Silva ; Messeder Neto, Hélio da Silva ; Oliveira, Raiana Wilsa Linhares	2022	cursinhos populares
Interseções entre educação popular e educação matemática crítica	Jair Pedro da Fé Neto ; Edmilson Minoru Torisu	2022	cursinho popular
Cursinho Popular Avante	Kleylson Lima das Virgens ; Mírian Rosa Pereira	2022	cursinho popular
Cursinhos populares e a juventude	Mariana Gomes Vicente	2022	cursinho popular
Cursinhos populares e a juventude: potencialidades e contradições	Mariana Gomes Vicente	2022	cursinho popular
Sentidos atribuídos por professores à prática docente em um cursinho popular	Guilherme Faria Ribeiro ; Tales Vilela Santeiro ; Helena de Ornellas Sivieri Pereira	2023	cursinho popular

Fonte: Elaboração própria.

Para entender melhor a origem geográfica dessas publicações, no apêndice desse trabalho consta um quadro que apresenta uma lista de publicações acadêmicas relacionadas ao conceito de "cursinhos populares", junto com informações sobre o estado, a região geográfica e o ano de publicação de cada uma delas. Essas publicações são provenientes de diferentes revistas e periódicos, abrangendo um período que vai desde 2007 até 2023. Abaixo, um trecho do quadro cuja totalidade consta no apêndice deste trabalho:

Quadro 9 – Periódicos do ano 2007 a 2014 que publicaram artigos com o tema “cursinhos populares”, por estado e região geográfica

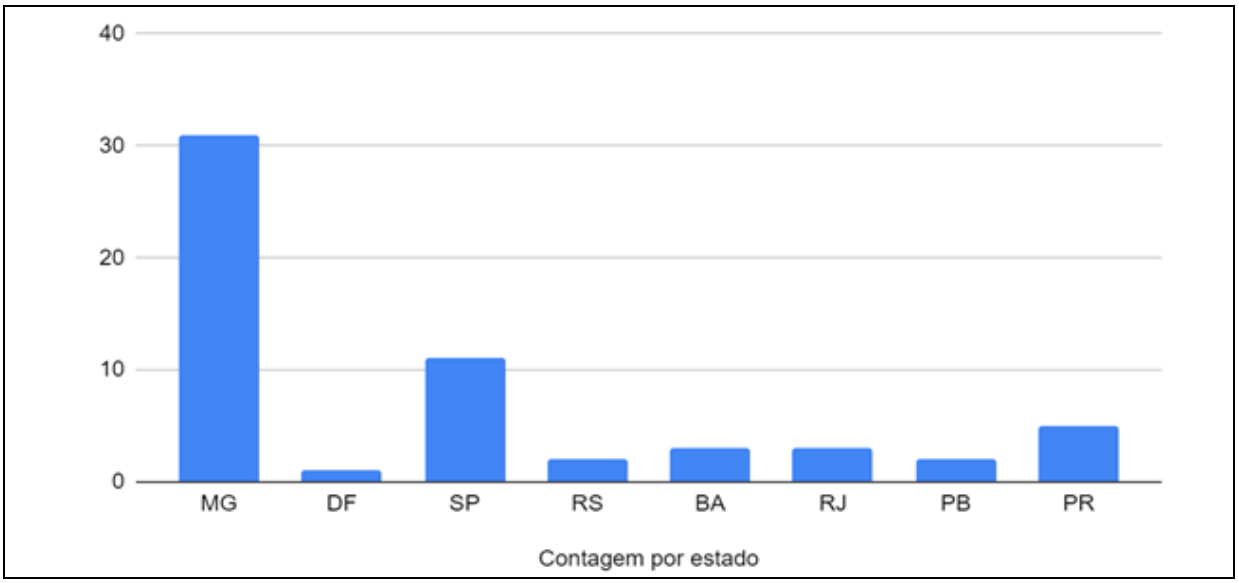
Título da Publicação	estado	região geográfica	ano
Revista De Educação Popular	MG	Sudeste	2007
Psicologia, ciência e profissão	DF	Oeste	2007
Editora da Universidade Federal de Uberlândia	MG	Sudeste	2011
Revista ciência em extensão	SP	Sudeste	2011
Educação temática digital	SP	Sudeste	2012
Espaço Pedagógico	RS	Sul	2012
Educação temática digital	SP	Sudeste	2012
Educação temática digital	SP	Sudeste	2012
Revista De Educação Popular	MG	Sudeste	2012
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2012
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2013
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2013
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2013
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2013
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2014

Onde:
Título da Publicação: É o nome da revista ou periódico onde o artigo foi publicado
Estado: Indica o estado brasileiro de origem da publicação. Por exemplo, MG representa Minas Gerais, DF é Distrito Federal, SP é São Paulo, RS é Rio Grande do Sul, BA é Bahia, PB é Paraíba, PR é Paraná, e RJ é Rio de Janeiro.
Região Geográfica: Refere-se à região geográfica do Brasil à qual o estado pertence. As regiões mencionadas incluem Sudeste, Nordeste e Sul.
Ano: Indica o ano de publicação do artigo na respectiva revista.

Fonte: Elaboração própria.

Este quadro é uma valiosa fonte de informações para a pesquisa acadêmica sobre cursinhos populares, uma vez que apresenta um panorama abrangente das publicações relacionadas a esse tema ao longo dos anos e em diferentes regiões do Brasil. Ela pode ser usada para identificar tendências, padrões e mudanças ao longo do tempo na forma como os cursinhos populares são abordados na literatura acadêmica. A seguir, o Gráfico 1, sumariza os dados do quadro anexo.

Gráfico 1 – Número de publicações por estados do Brasil com o termo “cursinhos populares” desde 2007 a 2023 (1º sem.)



Fonte: Elaboração própria.

Uma das primeiras observações qualitativas notáveis é a diversidade de revistas e periódicos acadêmicos listados no quadro. Isso reflete a multidisciplinaridade do tema dos cursinhos populares, que atrai pesquisadores de diversas áreas, incluindo Educação, Psicologia, Sociologia e outras disciplinas. Essa abordagem multidisciplinar é indicativa da complexidade e amplitude do fenômeno dos cursinhos populares, que envolve não apenas questões educacionais, mas também aspectos sociais, psicológicos e culturais.

A distribuição das publicações por região geográfica revela *insights* importantes sobre onde a pesquisa sobre cursinhos populares tem sido mais proeminente. A região Sudeste lidera em termos de quantidade, com Minas Gerais (MG) e São Paulo (SP) destacando-se como os estados com o maior número de publicações. Essa concentração pode ser atribuída à presença de renomadas instituições acadêmicas e à relevância dos cursinhos populares nessa região.

A região Nordeste, representada por Bahia (BA) e Paraíba (PB), também contribuiu com algumas publicações, demonstrando que o tema dos cursinhos populares não se limita às regiões mais desenvolvidas do país, mas também é relevante em contextos regionais específicos.

A região Sul, representada por Rio Grande do Sul (RS) e Paraná (PR), também participou da pesquisa, embora em menor quantidade em comparação com o Sudeste. Isso sugere que a pesquisa sobre cursinhos populares tem uma presença nacional, mas com maior foco nas regiões mais populosas.

Outro aspecto importante da análise quantitativa é a evolução ao longo do tempo das publicações. A maioria das publicações ocorreu a partir de 2011, com um aumento significativo nas publicações a partir de 2018. Esse aumento notável sugere um interesse crescente na pesquisa sobre cursinhos populares nos últimos anos.

A presença de várias publicações recentes em 2022 e 2023 indica que o tema permanece relevante e em constante evolução. Esse interesse contínuo pode estar relacionado a mudanças nas políticas educacionais, desafios socioeconômicos ou questões emergentes na sociedade brasileira.

Observamos também que várias revistas têm múltiplas publicações sobre cursinhos populares. Isso sugere um compromisso contínuo de determinadas publicações com a pesquisa nessa área. Essas revistas podem servir como referências importantes para pesquisadores interessados em explorar a literatura existente sobre cursinhos populares.

Além das revistas especializadas em Educação e Psicologia, é interessante notar que a pesquisa sobre cursinhos populares também é encontrada em revistas de outras áreas, como Sociologia, Comunicação e até Engenharia. Isso indica uma abordagem interdisciplinar na pesquisa sobre cursinhos populares, o que é essencial para compreender plenamente a complexidade do fenômeno.

A análise qualitativa e quantitativa do quadro de publicações sobre cursinhos populares revela que esse é um tema de pesquisa multifacetado e em constante evolução. A diversidade de fontes acadêmicas, a concentração geográfica em determinadas regiões, o aumento notável nas publicações recentes e a abordagem interdisciplinar refletem a complexidade e a relevância desse tópico na academia brasileira. A análise desses dados fornece um ponto de partida valioso para pesquisas futuras e para compreender o panorama atual da pesquisa sobre cursinhos populares no Brasil.

A partir dessa breve reconstrução do movimento geral do banco de dados, partiremos para uma reflexão a respeito do conteúdo abordando os textos que mais se relacionam com o tema desta dissertação: a democratização e ascensão.

3.3 Análise de conteúdo: a ascensão social e a democratização do ensino

Nesta seção abordaremos o conjunto de textos do banco a partir de dois conceitos centrais: ascensão e democratização.

O conceito de ascensão social e intelectual é fundamental para a análise dos conteúdos dos artigos do banco de dados da pesquisa em questão. Este trabalho parte do conceito de ascensão segundo Pinheiro e Martins (1989). O conceito no ambiente do ensino superior está relacionado à reprodução do *ethos* dos membros da classe média que não herdam capital econômico e cultural, “procuram substituí-los por meio do mito da ascensão social, cujo instrumento de realização é dado pelo ensino superior que os possibilita ter uma profissão” (Rosa, 1990, p. 57).

Segundo Rosa (1990), o discurso reproduzido pela lógica da ascensão social está relacionado à melhoria das condições socioeconômicas e à mobilidade social ascendente. Segundo a autora, o discurso da ascensão social é um mito discursivo segundo o qual indivíduos de diferentes camadas sociais têm acesso igualitário à educação superior e as desigualdades educacionais podem ser reduzidas, permitindo que aqueles que antes eram marginalizados tenham a oportunidade de melhorar suas perspectivas econômicas e sociais (Rosa, 1990). A educação superior desempenharia, nesse discurso reproduzido, um papel crucial nesse processo, capacitando os indivíduos com habilidades e conhecimentos especializados, o que pode resultar em melhores oportunidades de emprego, salários mais altos, maior estabilidade e crescimento na carreira (Rosa, 1990).

Além da ascensão social, a ascensão intelectual é igualmente importante e os conceitos estão intrinsecamente ligados quando se trata de ensino superior (Rosa, 1990). Os conceitos comumente se referem ao desenvolvimento intelectual e cognitivo dos indivíduos, que ocorre por meio da educação superior e do engajamento em atividades acadêmicas e intelectuais (Pinheiro; Martins, 1989). Contudo, tanto Rosa (1990) quanto Pinheiro e Martins (1989) apontam que o discurso comum de que educação superior proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento do pensamento crítico, capacidade de análise e da criação de conhecimento, é, na realidade, permeado por camadas sociais retomando os conceitos de diferentes capitais como social, intelectual e cultural de Bourdieu (1987).

A análise do banco de dados da pesquisa deve levar em consideração a relação entre a democratização do ensino, o acesso ao ensino superior por meio de cursinhos populares e as dimensões da ascensão social e intelectual. É importante examinar como os cursinhos populares têm desempenhado um papel significativo na facilitação do acesso à universidade para as camadas mais vulneráveis da população, reduzindo as desigualdades educacionais e promovendo a ascensão social e intelectual. Contudo, essa relação não é direta, como mostra Dubet (2015).

Com base nas reflexões apresentadas por Dubet (2015) sobre o processo de democratização do ensino superior, cujo artigo tem como objetivo analisar diferentes dimensões da democratização, delineadas a partir de concepções diversas de justiça, como igualdade de oportunidades, meritocracia, utilidades e equidade dos procedimentos. A massificação do ensino superior é reconhecida como um avanço democrático, permitindo a inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados. Contudo, é importante destacar que a democratização não se restringe apenas à expansão quantitativa do acesso, pois nem todas as categorias sociais se beneficiam igualmente desse processo. A meritocracia acadêmica, por sua vez, estabelece hierarquias de competências que podem perpetuar desigualdades sociais. Além disso, as discrepâncias na utilidade das diferentes formações também influenciam as desigualdades gerais na sociedade. Assim, a democratização efetiva do acesso ao ensino superior depende não apenas das famílias, mas também da estrutura do sistema educativo e das políticas de seleção e assistência estudantil, que devem ser avaliadas quanto à sua equidade sob diferentes perspectivas de justiça (Dubet, 2015).

A pesquisa bibliográfica realizada destaca a importância dos cursinhos populares como agentes de democratização do acesso ao ensino superior e os impactos positivos que essa democratização pode trazer para a vida dos indivíduos. Portanto, a análise do banco de dados deve buscar evidências adicionais sobre os avanços e desafios na democratização do ensino, bem como os impactos específicos da ascensão social e intelectual na vida dos estudantes.

Ao explorar essas dimensões, a pesquisa poderá contribuir para o debate sobre a expansão, qualidade e transformação do ensino superior no Brasil, fornecendo insights valiosos para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes. A análise do banco de dados permitirá identificar tendências, lacunas e áreas de melhoria relacionadas à democratização do ensino e à ascensão social e intelectual, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e ações práticas no campo da educação superior.

O artigo mais antigo do banco de dados é “Perfil dos professores de cursinhos alternativos de Uberlândia (II semestre de 2004)” (Lomônaco; Garrote Filho; 2007). Os cursinhos alternativos de Uberlândia mencionados no artigo são conhecidos por oferecerem aulas gratuitas à comunidade; eles são compostos por voluntários que atuam como coordenadores ou professores. Esses cursinhos desempenham um papel importante na democratização do ensino, pois proporcionam acesso à preparação para o vestibular e ao ensino superior a estudantes que, de outra forma, teriam dificuldades para ter acesso a essas oportunidades educacionais.

A democratização do ensino é promovida pelos cursinhos alternativos ao oferecerem aulas gratuitas, reduzindo assim as barreiras econômicas que podem impedir o acesso ao ensino superior. Essas iniciativas visam superar as desigualdades educacionais, permitindo que estudantes de diferentes camadas sociais tenham a oportunidade de se preparar adequadamente para os exames vestibulares.

No que diz respeito à ascensão, os cursinhos alternativos também desempenham um papel significativo. Eles oferecem aos estudantes a possibilidade de elevar sua posição social e intelectual por meio da preparação para o vestibular e do acesso ao ensino superior. Ao fornecerem uma educação de qualidade, esses cursinhos contribuem para o desenvolvimento intelectual dos alunos, capacitando-os com conhecimentos e habilidades necessárias para melhorar suas perspectivas futuras.

O perfil dos professores dos cursinhos alternativos também é relevante para compreender a relação entre democratização e ascensão. O artigo menciona que os professores foram entrevistados para traçar seu perfil, obtendo dados relacionados à idade, grau de escolaridade, tempo de docência, motivação para lecionar e nível socioeconômico, entre outros aspectos. Essa caracterização dos professores pode

fornecer *insights* sobre as motivações e qualificações dos profissionais que atuam nesses cursinhos e como eles contribuem para a democratização e ascensão dos estudantes que frequentam essas iniciativas.

Em suma, os cursinhos alternativos de Uberlândia apresentam-se como uma importante ferramenta de democratização do ensino, oferecendo aulas gratuitas para a comunidade e permitindo que estudantes de diferentes origens socioeconômicas tenham acesso à preparação para o vestibular e ao ensino superior. Essas iniciativas contribuem para a ascensão social e intelectual dos estudantes, fornecendo-lhes oportunidades de desenvolvimento educacional e ampliando suas perspectivas futuras. Além disso, o perfil dos professores dos cursinhos pode fornecer informações valiosas sobre o papel desses profissionais na promoção da democratização e ascensão no contexto educacional.

Ainda no ano de 2007, outro trabalho foi feito no campo da Psicologia: “Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular” (Soares *et al*., 2007). O texto descreve uma atividade de orientação profissional realizada em um cursinho pré-vestibular popular, que tem como objetivo promover a integração dos alunos e sensibilizá-los para o processo de escolha do curso superior. Essa iniciativa está alinhada com a ideia de democratização, pois busca oferecer oportunidades de acesso ao ensino superior para estudantes de diferentes origens socioeconômicas. A metodologia adotada, baseada no psicodrama, envolve debates grupais mediados pela produção de cartazes, com o intuito de permitir a livre expressão de sentimentos relacionados ao vestibular e à condição de frequência no cursinho. Essa abordagem favorece a ascensão dos alunos, uma vez que lhes proporciona um espaço para refletir sobre suas escolhas e se fortalecer para enfrentar o processo do vestibular. Além disso, a atividade também busca promover a identificação e a formação de vínculos entre os jovens participantes, o que contribui para uma melhor integração no grupo. Essa interação social é importante tanto para o desenvolvimento pessoal dos estudantes como para o apoio mútuo durante o período de preparação para o vestibular. Portanto, o texto aborda elementos relacionados à democratização e ascensão ao abordar a importância do acesso ao ensino superior e o suporte emocional oferecido aos alunos do cursinho pré-vestibular popular.

Após um hiato de 4 anos, em 2011, os autores do primeiro trabalho publicam novamente uma reflexão, desta feita, com os alunos (a anterior era com os professores de cursinhos populares). “Perfil dos alunos de cursos pré-vestibulares alternativos de Uberlândia, MG” (Garrote Filho; Lomônaco, 2011) consiste em um estudo exploratório que aborda a dinâmica organizacional e o funcionamento de cursinhos alternativos em Uberlândia, MG. O estudo envolveu a participação de 250 alunos e 25 professores de 10 escolas diferentes. Esses cursinhos são, geralmente, iniciativas populares e desempenham um papel importante na promoção da universalização do ensino, formação para o trabalho e valorização humanística de pessoas de baixa renda, que são seu público-alvo. Essa iniciativa está relacionada aos conceitos de democratização e ascensão, pois busca fornecer oportunidades educacionais para aqueles que de outra forma não teriam acesso a elas.

Os depoimentos dos alunos destacaram pontos positivos, como a dedicação dos professores, o ambiente cordial na sala de aula e a gratuidade do ensino. Esses aspectos positivos demonstram a importância desses cursinhos alternativos na vida dos alunos, fornecendo um ambiente de aprendizado favorável e suporte educacional. No entanto, também foram apontados aspectos negativos relacionados à falta de infraestrutura e recursos financeiros. Essa falta de recursos é principalmente atribuída à ausência de apoio governamental, uma vez que esses cursinhos não são reconhecidos como uma modalidade oficial de ensino pela legislação brasileira. Essa falta de reconhecimento institucional representa um desafio para o funcionamento desses cursinhos e ressalta a importância da democratização do acesso ao ensino e do apoio governamental a essas iniciativas.

O estudo revela que, em Uberlândia, há uma busca pela justiça social em relação às oportunidades de ensino para todos, e isso é evidenciado pela criatividade e simplicidade do trabalho voluntário realizado pelos cursinhos alternativos. Esses projetos demonstram a vontade de superar barreiras e fornecer educação de qualidade para pessoas de baixa renda, enfatizando a importância da democratização do ensino e do apoio social para a ascensão desses alunos.

Também no ano de 2011 temos o artigo “Cursinho pré-vestibular da CAPO; a percepção musical como prática pedagógica” (Messias *et al*., 2011). O artigo versa sobre um projeto que foi criado em 2009, por alunos dos cursos de Educação Musical e de Composição e Regência do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista

(UNESP), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Yara Caznok. Esse curso é pioneiro em seu formato e no atendimento a uma comunidade que não tem acesso gratuito aos conteúdos oferecidos. Ele recebe estudantes em fase pré-vestibular e é dividido em quatro áreas — História da Música, Teoria, Coral e Percepção Musical — que abordam conteúdos, habilidades e competências relevantes para uma vida acadêmica musical saudável e ativa, tanto para os professores quanto para os alunos. Esse projeto está relacionado aos termos de democratização e ascensão, pois visa minimizar as deficiências musicais observadas nos alunos, orientando-os para o conteúdo exigido no vestibular e para metodologias de estudo. Como resultados objetivos, destacam-se o aumento da demanda de alunos e a aprovação de muitos deles nos melhores vestibulares de música, como UNESP, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e instituições particulares.

Além disso, o projeto ampliou a visão dos docentes sobre as necessidades da comunidade, resultando em uma diversificação das áreas de atuação do cursinho. Observa-se também que os alunos do cursinho que estão cursando a UNESP estão mais bem preparados e têm contribuído para elevar o nível do curso. Esses resultados demonstram o impacto positivo desse projeto na vida dos estudantes, promovendo sua ascensão acadêmica e profissional na área da música.

Em 2012, temos um salto na produção, com 4 artigos produzidos a respeito do tema e, é a partir desse momento que a comunidade acadêmica passa a fazer uma reflexão mais ampla conectando os conceitos de cursinhos populares com a democratização do ensino. Em “Dotaciones a los sacrificios de escolaridad: trayectorias de las clases juveniles” (Correa; Moura, 2012), destaca-se a importância das experiências escolares na construção da identidade dos estudantes e são investigados os efeitos do cursinho pré-vestibular na trajetória acadêmica desses jovens de grupos populares. Ao abordar esses aspectos, o artigo contribui para o debate sobre democratização do acesso ao ensino superior e evidencia o papel dos cursinhos populares na ascensão social e educacional dos estudantes de grupos populares.

Já em “A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares” (Pereira; Raizer; Meirelles, 2010) e em “Disposições aos sacrifícios da escolarização: trajetórias de jovens das classes populares” (Correa; Moura, 2012), versa-se sobre o surgimento dos pré-vestibulares populares como diretamente relacionados à desigualdade de acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente entre as camadas pobres e afrodescendentes da população. Esse movimento reflete a luta pela democratização do ensino superior e levanta questões sobre o sistema educacional como um todo, uma vez que a universalização do acesso ainda contrasta com a qualidade do ensino oferecido à juventude brasileira. As análises concentram-se no papel dos cursinhos populares de Porto Alegre na inclusão de segmentos historicamente excluídos e propõem uma abordagem teórica e prática para a construção de um ambiente educacional que promova o crescimento econômico, tecnológico e a justiça social do país.

A discussão sobre democratização do ensino ganha corpo em “Educação popular, movimentos sociais e cursinhos populares: uma análise pelo espaço” (Castro, 2012). O trabalho procura relacionar a prática da educação popular com os movimentos sociais, considerando-a uma ação política que busca a libertação das classes mais oprimidas. Por meio das pedagogias desenvolvidas nas lutas sociais por melhores condições de vida e acesso aos recursos urbanos, a educação popular se posiciona como uma ferramenta de transformação social. O movimento dos cursinhos populares, resultado da articulação entre o movimento estudantil e os movimentos sociais, desempenha um papel importante ao colocar em pauta o debate sobre a democratização do acesso à universidade na sociedade brasileira.

Como dito na seção anterior, os artigos a partir de 2013 continuam tocando no tema de classe e ascensão ao ensino superior. Não trataremos de cada um dos textos de maneira pormenorizada, mas, sim, tentando traçar alguns aspectos em comum entre eles. No ano de 2013, destaca-se o trabalho “A educação popular como princípio dos cursinhos populares” (Carvalho, 2013), cujo texto aborda a busca dos cursinhos populares por uma formação diferenciada, tendo como princípio norteador a educação popular. Esse enfoque visa despertar um espírito de cidadania e participação social nos envolvidos, promovendo uma formação que estimule o pensamento crítico dos alunos em relação ao mundo em que vivem. Nesse sentido, os cursinhos populares desempenham um papel relevante na ascensão social e intelectual dos estudantes,

ao proporcionar uma educação que visa capacitar e empoderar os alunos para se tornarem agentes ativos na sociedade. Além disso, o autor ressalta a importância da articulação dos cursinhos populares enquanto Movimento Social. Essa articulação possibilita a troca de experiências e o fortalecimento coletivo dos cursinhos, contribuindo para a democratização do acesso ao ensino e para a inclusão de segmentos sociais historicamente excluídos. Através dessa união, os cursinhos populares ganham maior visibilidade e poder de mobilização, fortalecendo suas lutas e reivindicações em prol de uma educação mais igualitária e justa.

Assim, Castro (2012) reflete sobre a relação dos cursinhos populares com os conceitos de ascensão e democratização. Por meio da Educação Popular, busca-se a ascensão dos alunos, estimulando seu desenvolvimento crítico e consciente. Ao mesmo tempo, a articulação dos cursinhos populares como Movimento Social contribui para a democratização do acesso ao ensino, promovendo oportunidades educacionais para aqueles que tradicionalmente enfrentam barreiras. Dessa forma, os cursinhos populares se inserem em um contexto de luta por uma sociedade mais justa, igualitária e participativa.

O ano de 2014 marca um aprofundamento da discussão a respeito dos cursinhos populares problematizando todo o sistema educacional vigente. “Cursinhos populares, emancipação e modelo tradicional de ensino: limites e contradições” (Azevedo, 2014) aborda a lacuna existente entre os objetivos estabelecidos para a educação escolar formal e a realidade das escolas. Destaca-se a concepção limitada de ensinar e aprender, baseada em memorização e repetição, em detrimento da interpretação e reflexão. Essa abordagem pedagógica tradicional contribui para o distanciamento dos ideais de educação, enfraquecendo a formação dos estudantes. Nesse contexto, projetos de educação popular voltados para a emancipação intelectual dos alunos são ressaltados como uma alternativa necessária. Esses projetos devem investir na criação de propostas pedagógicas que se contraponham ao modelo tradicional de ensino, promovendo uma educação mais participativa, reflexiva e emancipatória.

A reflexão proposta por Azevedo (2014) relaciona-se com o conceito de democratização ao evidenciar a necessidade de superar o modelo de ensino centrado na memorização e repetição, que perpetua desigualdades no acesso ao conhecimento. A busca por propostas pedagógicas alternativas visa democratizar o ensino, proporcionando oportunidades de aprendizagem mais inclusivas e significativas para todos os estudantes. Além disso, ao enfatizar a importância da interpretação e reflexão no processo educativo, o texto aponta para a ascensão intelectual dos alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades críticas e capacitando-os para se tornarem sujeitos ativos na sociedade.

Portanto, o trabalho destaca a necessidade de repensar a concepção de ensino e aprendizagem nas escolas, buscando propostas pedagógicas que estimulem a interpretação, reflexão e emancipação intelectual dos estudantes. Essa reflexão está alinhada aos princípios de democratização e ascensão, visando superar as lacunas e desafios do sistema educacional atual e promover uma educação mais justa, participativa e enriquecedora para todos.

Em 2015, Kato (2011), em “O papel dos cursinhos populares nos acessos e mudanças de perspectivas de seus participantes”, promove uma reflexão mais próxima do conceito de ascensão mobilizando conceitos da sociologia. O texto discute o papel dos cursinhos populares ou comunitários em relação aos mecanismos de acesso aos espaços e oportunidades assimilados pelos grupos sociais hegemônicos. Além disso, busca descrever as principais características desses grupos sociais com base nas categorias de capital social, capital cultural e habitus, propostas por Pierre Bourdieu. A análise dos núcleos como espaços privilegiados na configuração de capital social e acesso ao capital cultural converge para uma descrição mais aprofundada de dois desses núcleos, que se destacam por suas características, metodologias e fundamentos que possibilitam conclusões sobre a importância desses espaços na mudança de perspectiva na vida dos trabalhadores que participam desses grupos.

Dessa forma, Kato (2011) relaciona com os conceitos de democratização e ascensão. Os cursinhos populares desempenham um papel fundamental na democratização do acesso à educação de qualidade, proporcionando oportunidades para grupos sociais historicamente excluídos. Ao analisar os aspectos de capital social, capital cultural e habitus, o texto evidencia como os cursinhos populares

funcionam como espaços que contribuem para a construção desses recursos e para a ascensão social e intelectual dos participantes. A descrição dos núcleos específicos destaca sua importância como agentes de mudança na vida dos trabalhadores, possibilitando uma transformação de perspectiva e ampliando suas oportunidades. Portanto, Kato (2011) discute o papel dos cursinhos populares na abordagem dos mecanismos de acesso aos espaços e oportunidades assimilados pelos grupos sociais hegemônicos. Ele destaca as características dos grupos sociais e descreve a importância de determinados núcleos de cursinhos, ressaltando sua contribuição para a mudança de perspectiva na vida dos participantes. Nesse contexto, o texto relaciona-se com os conceitos de democratização e ascensão ao promover a inclusão educacional e o desenvolvimento social dos indivíduos envolvidos nos cursinhos populares.

Como vimos, em 2016 temos um artigo de estudos de caso que mantém a linha entre a relação entre cursinhos populares e movimentos populares com “Cursinho Popular Emancipa: movimento de educação popular” (Aragão *et al.,* 2016).

Em 2017 não temos produção, mas no ano seguinte, 2018, “Movimento social ou reprodução dos cursinhos pré-vestibulares convencionais? Um estudo do Cursinho Popular Emancipa” (Costa; Aragão, 2018) se destaca pelo desenvolvimento do trabalho com uma reflexão mais apurada e mais crítica a respeito dos limites da democratização pelo próprio imperativo do vestibular onde alunos de escolas públicas, a grande maioria dos alunos dos cursinhos populares, se veem imersos na lógica competitiva do vestibular. O objetivo é encontrar uma resposta para a seguinte pergunta: o referido cursinho é um movimento social emancipatório ou apenas reproduz os cursinhos pré-vestibulares convencionais? Esse trabalho é relevante, pois aborda um tema importante para os movimentos sociais que se autodenominam como movimento de educação popular e contribui para a compreensão da dinâmica da Rede Emancipa. A pesquisa realizada conclui que os cursinhos populares não se limitam apenas a auxiliar os estudantes na preparação para vestibulares e ENEM, mas também proporciona uma formação crítica voltada para a emancipação e organização da luta pelos direitos. Embora em parte reproduza a dinâmica de um cursinho pré-vestibular convencional, busca-se ativamente a emancipação dos envolvidos (alunos e professores) por meio da educação popular.

O ano de 2019 marca uma nova inflexão na reflexão dos cursinhos populares. A pauta social ganha mais uma camada ao tratar da população trans. Destaca-se o texto inaugural sobre o tema com a pesquisa intitulada “Cursinho Prepara Trans” (Campos; Pereira, 2019), com articulação entre gênero e educação popular. O trabalho ressalta que o preconceito e a discriminação enfrentados por grupos marginalizados, como a comunidade de transexuais e travestis, impedem o acesso a oportunidades de mérito individual, afastando esses grupos do ambiente acadêmico. Diante dessa realidade, a discussão sobre transexualidade e a luta por mais oportunidades na educação se tornam fundamentais. Desta maneira, iniciativas como o Cursinho Prepara Trans são mencionadas como iniciativas que desempenham um papel importante nesse contexto.

Ao abordar a negociação com a lógica capitalista de educação como uma tentativa de sobrevivência, Campos e Pereira (2019) apontam para a necessidade de superar as desigualdades sociais, exploração e opressão presentes no sistema educacional. Nesse sentido, a ascensão social e a democratização do ensino estão relacionadas com a busca por oportunidades educacionais inclusivas e justas, que permitam a participação plena de grupos historicamente marginalizados, como a comunidade de transexuais e travestis. A celebração da aprovação nos exames é importante, mas o objetivo vai além disso, esperando-se que essas ações também promovam a organização desses grupos para a superação das desigualdades e a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em 2020 o mundo passa pela pandemia mundial de Covid-19, e as pesquisas desse período passam a refletir a maneira como esse contexto afetou a dinâmica dos cursinhos populares. Neste tema, destacam-se as primeiras reflexões elaboradas por Montalvão Neto e Silva (2020) no trabalho intitulado “‘A vida não pode parar’ a ‘você que lute’: discursos oficiais, contradiscursos e a resistência de um cursinho popular na pandemia de Covid-19”. O texto destaca os impactos da pandemia de Covid-19 no cenário educacional brasileiro, enfatizando as desigualdades existentes no acesso à educação. A campanha do Ministério da Educação que defendia a realização do ENEM no ano em vigor é questionada, pois negligenciava as diferentes realidades dos estudantes diante das medidas de isolamento social. A falta de equidade social é evidenciada, mostrando como alguns jovens com acesso a recursos e preparação privilegiada são protagonistas da campanha, enquanto outros estudantes em

situações adversas, como aqueles de áreas rurais, comunidades carentes, quilombos e regiões ribeirinhas, enfrentam maiores dificuldades.

Montalvão Neto e Silva (2020) focam na análise discursiva em busca de compreender os discursos que permeiam esse cenário excludente e refletir sobre práticas de resistência. Destaca-se que a pandemia evidencia a falta de igualdade de condições entre os estudantes, pois nem todos têm acesso a recursos e tecnologias para o ensino remoto de qualidade. Além disso, o texto menciona a distribuição desigual do acesso ao tratamento médico, ressaltando como a pandemia amplia as desigualdades sociais existentes. Essa análise é respaldada por estudos sobre o biopoder de Foucault, que examinam como os mecanismos biológicos estão relacionados aos regimes de saber-poder, destacando as formas sutis de estímulo à morte.

Diante desse contexto, a reflexão sobre as práticas de resistência se faz necessária para enfrentar as desigualdades sociais exacerbadas pela pandemia e promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

Em 2021 não temos publicações que constam no banco da CAPES: muito provavelmente o cenário pandêmico também afetou as publicações, não só nesta área, mas em todas. Em 2022 os trabalhos retomam os estudos de caso, mas, desta vez, com uma reflexão relacionada a um conceito mais amplo: a juventude. Neste tema, Vicente (2022) amplia a agenda, discute a heterogeneidade dos cursinhos populares no Brasil e destaca a problemática da normalização da juventude brasileira entre o Ensino Médio e o Ensino Superior. Essa situação evidencia a insuficiência educacional do Ensino Médio, especialmente na esfera pública, para competir por vagas nas instituições de ensino superior. Enquanto os cursinhos populares surgem como alternativa para suprir essa lacuna, também existe a assimetria de preparação entre eles e os cursos preparatórios privados.

Vicente (2022) chama atenção para o fato de que cursinhos privados se especializam em determinadas áreas de prestígio social do ensino superior, contribuindo para a manutenção das desigualdades educacionais. Essa desproporção entre os grupos privilegiados e os demais estudantes, incluindo aqueles que frequentam cursinhos populares, é significativa. Além disso, a lógica predominante nesses cursinhos, tanto públicos quanto privados, é voltada para o vestibular,

desconsiderando a formação crítica dos estudantes e reduzindo a educação a uma perspectiva utilitarista.

Vicente (2022) ressalta que alguns alunos enxergam a educação como um investimento, buscando oportunidades de acesso a conteúdos que não foram abordados em seus estudos anteriores. No entanto, essa visão muitas vezes limita a busca por uma transformação social mais ampla. São citados dois exemplos de cursinhos, um vinculado à prefeitura de Piracicaba e outro ligado ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos, que reproduzem modelos mercantilizados de aprovação no vestibular, mesmo se apresentando como populares.

A crítica apresentada por Vicente (2022) não busca desmerecer o trabalho realizado pelos estudantes e organizadores dos cursinhos populares, mas expor como a heterogeneidade dessas iniciativas pode colocá-las em um limiar entre o assistencialismo e uma potencial instituição privada. É ressaltada a importância de manter a juventude e o potencial transformador desses cursinhos, orientando-os por uma perspectiva crítica e buscando a transformação social, política e ética, em vez de adotar lógicas mercantilizadas que podem comprometer sua contribuição.

Por fim, a autora conclui enfatizando a necessidade de uma crítica honesta e determinação para desenvolver projetos sociais e educacionais que busquem a transformação das condições de existência da sociedade, indo além da dissimulação dos problemas e trabalhando efetivamente para resolvê-los.

As diversas análises realizadas sobre cursinhos populares revelam a importância dessas iniciativas como alternativas de acesso ao ensino superior e de transformação social. Os cursinhos populares surgem diante da insuficiência educacional do Ensino Médio público e da assimetria de preparação entre os cursos privados e públicos.

Embora enfrentem desafios como a falta de recursos, heterogeneidade de funcionamento e reprodução de lógicas mercantilizadas, os cursinhos populares desempenham um papel crucial na democratização e ascensão do ensino, possibilitando que grupos marginalizados tenham acesso a conteúdo e preparação adequada para os exames vestibulares.

Além disso, essas iniciativas promovem uma educação mais crítica, voltada não apenas para a aprovação no vestibular, mas também para a formação integral dos estudantes e sua capacidade de questionar as desigualdades sociais. Ao enfatizar a importância da educação como ferramenta de transformação, os cursinhos populares estimulam o protagonismo dos jovens e fortalecem sua capacidade de lutar contra a exploração e opressão.

Portanto, é fundamental valorizar e apoiar os cursinhos populares, ao mesmo tempo em que se busca superar os desafios e limitações, visando à construção de uma educação mais inclusiva, igualitária e emancipadora. Somente por meio de esforços contínuos e engajamento coletivo será possível promover uma sociedade mais justa, na qual a educação seja um direito acessível a todos, independentemente de sua origem social ou econômica.

3.4 O banco de artigos e a intersecções e decorrências da obra de Dubet

Nesta sessão final, pretende-se dar um panorama do trabalho até agora descrito relacionando-o com os conceitos de ascensão e democratização do ensino formulado por Dubet (2015).

Ao longo das últimas décadas, os cursinhos populares emergiram como poderosas ferramentas de democratização do ensino, desempenhando um papel crucial na promoção da ascensão social e intelectual de jovens provenientes de comunidades marginalizadas. A análise de diversos estudos e artigos relacionados a esse tema revela um panorama complexo e multifacetado, no qual os cursinhos populares se inserem como agentes de transformação dentro do cenário educacional brasileiro.

Um dos primeiros trabalhos a explorar essa temática é o artigo "Perfil dos professores de cursinhos alternativos de Uberlândia (II semestre de 2004)" (Lomônaco; Garrote Filho; 2007), que investigou os cursinhos alternativos de Uberlândia conhecidos por sua oferta de aulas gratuitas à comunidade. Esses cursinhos, compostos por voluntários que atuam como coordenadores e professores, têm como missão democratizar o acesso à preparação para o vestibular e ao ensino superior, oferecendo oportunidades educacionais a estudantes que, de outra forma, enfrentariam barreiras econômicas. A democratização do ensino é o cerne dessa análise, já que os cursinhos alternativos reduzem as barreiras econômicas que limitam

o acesso à educação superior. Além disso, essas iniciativas promovem a ascensão social, possibilitando que os estudantes elevem suas posições sociais e intelectuais por meio da educação de qualidade. Essa ascensão é fundamental para a quebra do ciclo de desigualdade e exclusão que historicamente afeta os jovens de comunidades de baixa renda.

Um ponto crucial abordado por esses estudos é o perfil dos professores que atuam nos cursinhos populares. A caracterização desses professores oferece *insights* valiosos sobre suas motivações e qualificações, bem como sua contribuição para a democratização e ascensão dos estudantes. Esse aspecto ressalta o compromisso e dedicação desses profissionais na promoção da educação inclusiva e no empoderamento dos jovens.

Outro artigo relevante para o tema foi "Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular" (Soares *et al.,* 2007), que examina a importância da orientação profissional em cursinhos pré-vestibulares populares. Além de preparar os alunos para o vestibular, essas iniciativas buscam sensibilizá-los para a escolha do curso superior, abordando aspectos emocionais e psicológicos relacionados ao processo de decisão. Essa abordagem não apenas auxilia na ascensão dos alunos, mas também fortalece sua autoconfiança e capacidade de enfrentar desafios.

A partir de 2011, observa-se um aumento no número de estudos relacionados aos cursinhos populares, indicando um crescente interesse acadêmico pelo tema. "Perfil dos alunos de cursos pré-vestibulares alternativos de Uberlândia, MG" (Garrote Filho; Lomônaco, 2011) é um exemplo, ao analisar a dinâmica organizacional e o funcionamento de cursinhos alternativos. Essas iniciativas surgem como respostas à desigualdade de acesso ao ensino superior no Brasil e desempenham um papel vital na promoção da universalização da educação, formação profissional e valorização humanística de pessoas de baixa renda.

O engajamento dos alunos nos cursinhos populares também é uma área de interesse. "Cursinho pré-vestibular da CAPO; a percepção musical como prática pedagógica" (Messias *et al.,* 2011) relata um projeto pioneiro de preparação para o vestibular que utiliza a percepção musical como estratégia pedagógica. Esse exemplo ressalta a diversidade de abordagens nos cursinhos populares, demonstrando como a criatividade e inovação podem ser aplicadas para promover a ascensão dos alunos em áreas específicas, como a música.

Nos anos seguintes, os estudos aprofundam as reflexões sobre democratização e ascensão, muitas vezes abordando a relação entre cursinhos populares e movimentos sociais. "Dotaciones a los sacrificios de escolaridad: trayectorias de las clases juveniles" (Correa; Moura, 2012) e "A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares" (Pereira; Raizer; Meirelles, 2010) destacam como os cursinhos populares surgem como uma resposta à desigualdade de acesso ao ensino superior, especialmente entre grupos marginalizados.

Em "Educação popular, movimentos sociais e cursinhos populares: uma análise pelo espaço" (Castro, 2012), a relação entre educação popular e movimentos sociais é explorada, enfatizando a ação política dos cursinhos populares na luta pela democratização do acesso à universidade. Esses estudos refletem a crescente conscientização sobre a importância dos cursinhos populares como agentes de transformação social.

Com o avanço do tempo, os estudos também começam a explorar as limitações e desafios dos cursinhos populares. "Cursinho Popular Emancipa: movimento de educação popular" (Aragão *et al.,* 2016) aborda a trajetória do Cursinho Popular Emancipa, destacando suas contradições e desafios na busca pela autonomia e emancipação dos alunos. Essa análise, mais crítica, não apenas reconhece os impactos positivos dos cursinhos populares, mas também os contextos nos quais eles podem reproduzir práticas tradicionais de ensino.

Os artigos analisados oferecem uma visão abrangente das múltiplas dimensões dos cursinhos populares, desde a democratização do acesso à educação superior até a promoção da ascensão social, intelectual e política. No entanto, também ficam evidentes os desafios enfrentados por essas iniciativas, como a necessidade de garantir uma abordagem pedagógica crítica e emancipatória, bem como a de lidar com limitações de recursos.

A análise dos diversos artigos relacionados aos cursinhos populares e sua interseção com os temas de democratização e ascensão no contexto educacional brasileiro revela um panorama complexo e dinâmico. Essas iniciativas representam muito mais do que simples cursos preparatórios para exames, são agentes de transformação social que impactam profundamente a vida de estudantes e comunidades, promovendo a justiça social e a construção de um futuro mais igualitário e inclusivo. Para que esse impacto seja efetivo e duradouro, é fundamental que os cursinhos populares continuem evoluindo, adaptando-se às necessidades em constante mudança e mantendo firmemente o compromisso com a democratização, a ascensão e a emancipação.

Podemos relacionar essas conclusões e diagnósticos preliminares com o autor que que foi o norte teórico deste trabalho: François Dubet e a importância dos cursinhos populares como agentes de democratização da educação e de promoção da mobilidade social no contexto brasileiro.

Essa discussão pode ser relacionada ao pensamento de Dubet (2015), apresentado no artigo “Qual democratização do Ensino Superior?”, estabelecendo um diálogo com os autores mencionados anteriormente.

Primeiramente, em relação ao texto anterior que discute os cursinhos populares, é possível traçar paralelos com as ideias de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, autores que abordam a relação entre educação e reprodução social. Bourdieu e Passeron (2014) argumentam que o sistema educacional muitas vezes reproduz as desigualdades sociais, privilegiando aqueles que já têm capital cultural e econômico. No entanto, os cursinhos populares surgem como uma resposta a essa reprodução de desigualdades, oferecendo preparação acadêmica e apoio a alunos de origens desfavorecidas, o que ressoa com a proposta de democratização da educação.

Além disso, Freire (2004) também pode ser conectado ao contexto dos cursinhos populares e à obra de Dubet. Freire (2004) defende uma abordagem crítica e participativa na educação, na qual os estudantes são agentes ativos em seu próprio processo de aprendizado. Os cursinhos populares, ao adotarem metodologias que buscam a participação e o engajamento dos alunos, incorporam elementos dessa perspectiva. Eles não apenas oferecem conteúdo, mas também criam espaços onde os alunos podem desenvolver pensamento crítico e se envolver de forma ativa, o que se alinha ao conceito de "experiência" discutido por Dubet.

Dubet (2015), em sua obra, analisa a experiência dos indivíduos na sociedade contemporânea, especialmente no âmbito educacional. Ele explora como a escola molda a subjetividade dos estudantes e como ela está relacionada às questões de temporalidade e cultura. No contexto dos cursinhos populares, essa análise da experiência ganha destaque, uma vez que essas instituições não apenas fornecem conhecimento, mas também influenciam a forma como os alunos se percebem, como lidam com o tempo de preparação para o vestibular e como se encaixam em uma cultura de busca por ascensão social por meio da educação.

Adicionalmente, a discussão sobre o papel dos cursinhos populares na democratização da educação também se relaciona com as ideias de Dubet (2015) sobre justiça social e mobilidade. Dubet examina como as instituições sociais, incluindo a escola, podem ser fontes de desigualdade, mas também de oportunidade. Os cursinhos populares surgem como uma iniciativa que busca proporcionar oportunidades educacionais a grupos que historicamente enfrentam desvantagens, alinhando-se assim com a perspectiva de Dubet sobre a importância de tornar a sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, ao relacionar o texto anterior sobre cursinhos populares com as ideias de Dubet (2015) e com os autores já mencionados, é possível observar um diálogo enriquecedor sobre a democratização da educação, a mobilidade social, a experiência educacional e a busca por justiça social no contexto da sociedade contemporânea.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão social e a democratização do ensino são conceitos fundamentais para compreendermos as transformações ocorridas no contexto educacional e social. Ao longo dos anos, diversos estudos têm abordado essas temáticas, evidenciando a importância de oferecer oportunidades igualitárias de acesso à educação e de promover a mobilidade social por meio do conhecimento.

A ascensão social refere-se ao processo no qual indivíduos ou grupos conseguem melhorar sua posição socioeconômica, superando barreiras e alcançando níveis mais elevados de status, poder e bem-estar. Esse conceito está intrinsecamente ligado à ideia de mobilidade social, na qual se busca superar desigualdades e promover uma sociedade mais justa, na qual o mérito e o esforço sejam reconhecidos e recompensados.

A ascensão social e a democratização do ensino são conceitos fundamentais e interligados, cuja compreensão é essencial para analisarmos as transformações no contexto educacional e social ao longo do tempo. O trabalho de Dubet (2015) proporciona uma base sólida para essa análise ao discutir de forma profunda e abrangente diversas dimensões da democratização do ensino superior e suas bases conceituais relacionadas à justiça social, tais como igualdade de oportunidades, meritocracia, utilidades e equidade dos procedimentos.

No contexto educacional, a ascensão social está diretamente relacionada ao acesso ao ensino superior. Historicamente, o acesso a esse nível de ensino foi restrito a determinados grupos sociais privilegiados, criando uma barreira que limitava as oportunidades de mobilidade social. No entanto, ao longo do tempo, movimentos sociais e políticas públicas têm buscado democratizar o ensino, ampliando as oportunidades de acesso e promovendo a ascensão social por meio da educação.

A democratização do ensino, por sua vez, refere-se ao processo de tornar a educação mais acessível e igualitária para todos os indivíduos, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural. Esse conceito está pautado na ideia de que a educação é um direito fundamental de todos os cidadãos e que deve ser oferecida de forma justa e equitativa.

É nesse cenário que a democratização do ensino superior surge como uma demanda social relevante, buscando ampliar as oportunidades educacionais e eliminar as desigualdades existentes no sistema.

As perspectivas teóricas discutidas por Dubet (2015) e Pinheiro e Martins (1989) permitem uma análise dos desafios enfrentados para alcançar a democratização do ensino superior. Diversos modelos de democratização foram desenvolvidos por diferentes sociedades, refletindo suas visões de justiça e suas prioridades políticas. O processo de massificação do ensino superior, por exemplo, foi considerado como um importante avanço democrático, proporcionando acesso a grupos sociais antes excluídos. No entanto, é essencial compreender que a massificação não equivale automaticamente à democratização. Nem todas as categorias sociais se beneficiam da mesma forma desse processo, e a democratização real exige mais do que a simples expansão numérica das matrículas.

Um dos aspectos centrais discutidos por Dubet (2015) é a importância de analisar como a democratização do acesso ao ensino superior depende não apenas das famílias, mas também da estrutura geral do sistema educativo. A meritocracia acadêmica, por exemplo, constrói uma hierarquia de competências que é também social, com forte impacto reprodutivo. Isso significa que as oportunidades de acesso ao ensino superior podem ser influenciadas por fatores não apenas individuais, mas também por condições socioeconômicas e culturais mais amplas.

Outro ponto relevante destacado por Dubet (2015) é o impacto das desigualdades de utilidade das diferentes formações educacionais sobre o conjunto das desigualdades sociais. Isso implica que a democratização do ensino não se limita apenas ao acesso ao ensino superior, mas também está intrinsecamente ligada à qualidade da educação oferecida. Garantir oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades é essencial para reduzir as desigualdades sociais e promover uma sociedade mais justa.

As políticas educacionais também desempenham um papel significativo na democratização do ensino superior (Scudeler, 2022). Os sistemas educativos implementam distintos procedimentos de seleção, concessão de gratuidades, bolsas e auxílios, que podem ser considerados mais ou menos equitativos segundo as normas de justiça que mobilizam. É fundamental que essas políticas sejam desenhadas com base em concepções de justiça social, buscando efetivamente promover a inclusão e a igualdade de oportunidades.

Busca-se garantir que todos os estudantes tenham oportunidades de aprendizagem adequadas, que sejam estimulados a desenvolver habilidades e competências necessárias para sua formação integral e para sua participação ativa na sociedade.

Nesse contexto, os cursinhos populares surgem como importantes ferramentas de promoção da ascensão social e da democratização do ensino. Essas iniciativas, muitas vezes desenvolvidas por movimentos sociais e organizações não governamentais, buscam oferecer preparação para o vestibular e acesso ao ensino superior para estudantes de diferentes origens socioeconômicas. Os cursinhos populares não apenas preparam os alunos para os exames, mas também proporcionam um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor, fortalecendo os estudantes e preparando-os para enfrentar os desafios do ensino superior.

Ao promover a ascensão social e a democratização do ensino, os cursinhos populares desempenham um papel fundamental na transformação da realidade social e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Eles evidenciam a importância de oferecer oportunidades educacionais para todos, independentemente de sua origem social, e de reconhecer e valorizar o potencial dos indivíduos, promovendo sua mobilidade social e intelectual.

Diante do exposto, é de extrema importância valorizar e apoiar os cursinhos populares, reconhecendo sua importância na democratização do acesso ao ensino superior e na ascensão social e intelectual de grupos historicamente excluídos. Para isso, é necessário investir em recursos e infraestrutura adequados, além de buscar o apoio governamental e a articulação entre os cursinhos populares como um movimento social coletivo.

Neste contexto, é fundamental compreender e refletir sobre os diferentes aspectos relacionados à ascensão social e à democratização do ensino. Por meio da análise de estudos e pesquisas que abordam a temática dos cursinhos populares, é possível compreender melhor os desafios, as conquistas e as possibilidades de transformação social por meio da educação.

Nesse sentido, a análise dos cursinhos populares no contexto da pandemia de Covid-19, como feito por Pires (2021), torna-se ainda mais relevante, pois revela como as desigualdades sociais foram ampliadas nesse período. A falta de acesso a recursos e tecnologias adequadas para o ensino remoto destacou as disparidades existentes no sistema educacional. No entanto, os cursinhos populares também se mostraram como espaços de resistência, buscando formas de garantir a continuidade da educação e apoiar os estudantes em situações adversas.

Portanto, esta pesquisa teve como objetivo analisar e discutir a importância dos cursinhos populares no contexto da ascensão social e da democratização do ensino. A partir da revisão bibliográfica e da análise de estudos de caso, foi possível ter um panorama das contribuições dessas iniciativas para a promoção da mobilidade social e para a construção de uma educação mais inclusiva e igualitária.

A partir da análise dos diversos trabalhos acadêmicos sobre cursinhos populares, é possível concluir que essas iniciativas desempenham um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior e na ascensão social e intelectual de grupos historicamente excluídos. Os cursinhos populares surgem como alternativas diante da insuficiência educacional do Ensino Médio público e da falta de oportunidades para estudantes de baixa renda.

A democratização do ensino é um dos principais conceitos abordados nos estudos, destacando a importância de oferecer oportunidades educacionais para todos, independentemente de sua origem socioeconômica. Os cursinhos populares buscam promover a inclusão de segmentos sociais marginalizados, proporcionando acesso ao ensino superior e preparação adequada para os exames vestibulares.

Além disso, os cursinhos populares têm o objetivo de promover a ascensão social e intelectual dos estudantes. Eles oferecem suporte emocional e pedagógico, fortalecendo os alunos para enfrentar os desafios do vestibular e refletir sobre suas escolhas acadêmicas. A interação social entre os participantes também desempenha um papel importante no desenvolvimento pessoal e no apoio mútuo durante o período de preparação para o vestibular.

No entanto, os cursinhos populares enfrentam desafios, como a falta de recursos financeiros e infraestrutura adequada. Muitas vezes, essas iniciativas dependem do trabalho voluntário e não recebem apoio governamental. A falta de reconhecimento institucional também representa um obstáculo para o funcionamento desses cursinhos. É necessário superar essas limitações e buscar o apoio necessário para fortalecer e expandir os cursinhos populares.

A reflexão sobre a democratização do ensino também se estende à crítica do sistema educacional como um todo. Os estudos destacam a necessidade de repensar a concepção de ensino e aprendizagem, buscando propostas pedagógicas que estimulem a reflexão crítica, a interpretação e a emancipação intelectual dos estudantes. A educação popular surge como uma alternativa que promove a participação social e a transformação das condições de vida das classes mais oprimidas.

A análise dos cursinhos populares no contexto da pandemia de Covid-19 revela como as desigualdades sociais foram ampliadas nesse período. A falta de acesso a recursos e tecnologias adequadas para o ensino remoto destacou as disparidades existentes no sistema educacional. Os cursinhos populares foram afetados, mas também se mostraram como espaços de resistência, buscando formas de garantir a continuidade da educação e apoiar os estudantes em situações adversas.

Outro aspecto discutido nos estudos é a heterogeneidade dos cursinhos populares e a reprodução de lógicas mercantilizadas. Alguns cursinhos, tanto públicos quanto privados, acabam focando apenas na preparação para o vestibular, desconsiderando a formação crítica dos estudantes. É necessário manter o potencial transformador dos cursinhos populares, orientando-os por uma perspectiva crítica e buscando uma educação mais inclusiva, equitativa e emancipadora.

Diante do exposto, é fundamental valorizar e apoiar os cursinhos populares, reconhecendo sua importância na democratização do acesso ao ensino superior e na ascensão social e intelectual dos estudantes. É necessário investir em recursos e infraestrutura adequados, além de buscar o apoio governamental e a articulação entre os cursinhos populares como movimento social. Somente por meio de esforços coletivos e contínuos será possível promover uma educação mais justa, igualitária e transformadora, garantindo oportunidades educacionais para todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. O PROUNI e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro. **Ensaio:** avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 21-42, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/yWxFdnp7JsLLjwhsKxxHMdm/?lang=pt. Acesso em: 28 out. 2022.

ARAGÃO, Rigler da Costa *et al.* Cursinho popular emancipa: movimento de educação popular. **Educação Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 2, 2016. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/29589. Acesso em: 28 out. 2023.

ARTES, A; UNBEHAUM S; SILVERIO V**. Ações afirmativas no Brasil:** experiências bem-sucedidas de acesso na pós-graduação. São Paulo: Cortez, 2016.

AZEVEDO, Renato Chaves. Cursinhos populares, emancipação e modelo tradicional de ensino: limites e contradições. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 4, n. 2, p. 58-67, 2014. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/1468. Acesso em: 28 out. 2023.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7591946/mod_resource/content/0/BOURDIEU%20A%20Reprodu%C3%A7%C3%A3o%20Cap%C3%ADtulo%202.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

BOURDIEU, Pierre. Los tres estados del capital cultural. **Sociológica:** revista del departamento de Sociologia, México, v. 2, n. 5, p. 11-17, 1987. Disponível em: https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/lostresestadodelcc.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** São Paulo: Vozes, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 1997a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207impressao.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005**. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2005a]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5493-18-julho-2005-537863-norma-pe.html. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.022, de 2 de dezembro de 2009.** Estabelece medidas organizacionais de caráter excepcional para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7022.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.022%2C%20DE%202,2008%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010.** Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências). Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12202.htm. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Medida provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004.** Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=248684&filename=MPV%20213/2004. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Capes divulga concessão de bolsas para 2009**. Brasília, DF: MEC, 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/225-sistemas-1375504326/12494-capes-divulga-concessao-de-bolsas-para-2009. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 639, de 13 de maio de 1997**. Dispõe sobre o credenciamento de centros universitários, para o sistema federal de ensino superior. Brasília, DF: MEC, 1997b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/p639.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Qual a diferença entre os atos autorizativos:** credenciamento, autorização e reconhecimento? Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/autorizacao#:~:text=Qual%20a%20diferen%C3%A7a%20entre%20os,reconhecimento%20de%20cursos%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005c. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

CAMPOS, Gustavo de Aguiar; PEREIRA, Mariana Cunha. Cursinho prepara trans: possibilidade de articulação entre gênero e educação popular. **Educação Popular,** Uberlândia, v. 17, n. 3, p. 183-194, 2019. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/43050. Acesso em: 28 out. 2023.

CARVALHAES, F; MEDEIROS, M; Tagliari, C. Expansão e diversificação do ensino superior: privatização, educação a distância e concentração de mercado no Brasil, 2002-2016. **Expansão e Mercado no Brasil**, EUA, jul. 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3892300. Acesso em: 02 nov. 2023.

CARVALHO, Marcio de**.** A educação popular como princípio dos cursinhos populares. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 3, n. 2, p. 73-82, 2013. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/1452. Acesso em: 28 out. 2023.

CASTRO, Cloves Alexandre de. Educação popular, movimentos sociais e cursinhos populares: uma análise pelo espaço. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 2, n. 2, p. 24-33, 2012. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/1441. Acesso em: 28 out. 2023.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. **Radar**, Brasília-DF, v. 46, ago. 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7066/1/Radar_n46_evolu%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

CORREA, L. J. L.; MOURA, M. S. P. de**.** Dotaciones a los sacrificios de escolaridad: trayectorias de las clases juveniles. **ETD:** educação temática digital, Campinas, v. 14, n. 1, p. 420-441, 2012. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4856521. Acesso em: 28 out. 2023.

COSTA, L. de S.; ARAGÃO, R. C.. Movimento social ou reprodução dos cursinhos pré-vestibulares convencionais? Um estudo do cursinho popular emancipa em Marabá, Pará. **Educação Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 10-20, 2018. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/40961. Acesso em: 30 out. 2023.

CUNHA; L. A. **A educação brasileira na primeira onda laica:** do império à república**.** Rio de Janeiro: Edição do autor, 2017. Disponível em: https://luizantoniocunha.pro.br/uploads/livros/AEducacaoBrasileiranaPrimeiraOndaLaica.pdf. Acesso em: 02 nov. 2023.

DOWBOR, L. **Tecnologias do conhecimento:** os desafios da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

DUBET, F. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CrH**, Salvador, v. 28, n.74, p. 255-266, maio/ago., 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/cr4ZVVQDwgYGpPXbgYCpWDC/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 out. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GARROTE FILHO, Mário; LOMÔNACO, Cecília. Perfil dos alunos de cursos pré-vestibulares alternativos de Uberlândia, MG. **Educação Popular**, Uberlândia, v. 10, 2011. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20267. Acesso em: 30 out. 2023.

GOMES, T.; TAVARES, A. M. B. N; MORAIS, P. O ensino superior sob a ótica de alunos contemplados pelo PROUNI. **Holos,** Rio Grande do Norte, n. 28, v. 2, p. 206-224, 2012. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4815/481549265018.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

GROPPO, Luis Antonio. Da universidade autônoma ao ensino superior operacional: considerações sobre a crise da universidade e a crise do estado nacional. **Avaliação:** revista da avaliação da educação superior. Campinas/ Sorocaba, v. 16, n. 1, p. 37-55, mar. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/aval/v16n1/v16n1a03.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v19n1/03.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

INEP. **Resumo técnico do censo da educação superior 2017.** Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

JOHNSON, A; HERINGER, R, (eds.) **Race, politics, and education in Brazil:** affirmative action in higher education**.** New York: Palgrave Macmillan, 2015.

KATO, Danilo Seithi. O papel dos cursinhos populares nos acessos e mudanças de perspectivas de seus participantes. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 5-24, 2011. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/1430. Acesso em: 28 out. 2023.

LOMÔNACO, Cecília; GARROTE FILHO, Mario da Silva. Perfil dos professores de cursinhos alternativos de Uberlândia (II semestre de 2004). **Educação Popular**, Uberlândia, v. 4, n. 1, 2007. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19997. Acesso em: 30 out. 2023.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02. Acesso em: 30 out. 2023.

MARTINS, Carlos Benedito**.** O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 14, n.1, p. 41-60, mar., 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/9mVz3rLgsChQbW9LNMnrLjD/. Acesso em: 30 out. 2023.

MARTINS, Carlos Benedito**.** Reconfiguração do ensino superior em tempos de globalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/QdchGgZpwjDrCJnVyhsv7Vj/. Acesso em: 30 out. 2023.

MEDEIROS, C. A. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. *In:* SANTOS, S. A. dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: MEC; UNESCO, 2007. Coleção Educação Para Todos. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

MESSIAS, Pedro Henrique Lopes *et al.* Cursinho pré-vestibular da CAPO: a percepção musical como prática pedagógica. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 36, 2011. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/612. Acesso em: 30 out. 2023.

MONTALVÃO NETO, Alberto Lopo; SILVA, Francisco Vieira da**.** De “a vida não pode parar” a “você que lute”: discursos oficiais, contradiscursos e a resistência de um cursinho popular na pandemia da Covid-19. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-6, 2020. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15406. Acesso em: 30 out. 2023.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu & a educação.** Belho Horizonte: Autêntica, 2013.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, 2010. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2029. Acesso em: 30 out. 2023.

PINHEIRO, Maria Francisca Sales. MARTINS, Carlos Benedito. Ensino pago: um retrato sem retoques. São Paulo: Cortez, 1988. **Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. 4, n. 2, p. 128-132, 1989. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/41948. Acesso em: 30 out. 2023.

PIRES, André**.** A Covid-19 e a Educação Superior no Brasil: usos diferenciados das tecnologias de comunicação virtual e o enfrentamento das desigualdades educacionais. **Educación**, Lima, Perú, v. 30, n. 58, p. 83-103, ene/jun., 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1019-94032021000100083&script=sci_arttext. Acesso em: 30 out. 2023.

PIRES, André; RIBEIRO, Maynara de O.; PRINHORATO, Henrique. A permanência estudantil em universidades privadas para alunos do Programa Universidade para Todos (PROUNI). **Revista Educação e Emancipação**, Maranhão, v. 16, n. 2, p. 275–301, maio/ago., 2023. Disponível em: http://cajapio.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/20965. Acesso em: 30 out. 2023.

PORTAL de Periódicos da CAPES. **Quem somos.** Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html. Acesso em: 10 jul. 2023.

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-59, jan./jun., 2013. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N3.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

ROSA, Maria Inês. Ensino superior: ascensão ou redenção. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 74, p. 57-61, ago., 1990. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n74/n74a06.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

ROSSETTO, Cristina B. de Souza; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Equidade na educação superior no Brasil: uma análise multinomial das políticas públicas de acesso. **Dados:** revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 791-824, jul./set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/dados/v58n3/0011-5258-dados-58-3-0791.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

SAMPAIO, Helena; ANDRADE, Cibele. Políticas para ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil: avanços, limites e desafios. *In:* PIRES, André; SAMPAIO, Helena; POMA, Luis Sime (org.). **Ensino superior no Brasil e Peru e a políticas de inclusão nas últimas décadas**: políticas de inclusão e de bolsas de estudo na educação superior: experiências a partir do Brasil e do Perú. Campinas: Editora FE – UNICAMP, 2020. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/noticias/ensino-superior-no-brasil-e-peru-e-politicas-de-inclusao-nas-ultimas-decadas-educacion. Acesso em: 30 out. 2023.

SANTOS, José Eduardo de Oliveira. **Transformações na educação superior brasileira:** presença e participação dos centros universitários do estado de São Paulo (1997-2006). 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25062007-105943/pt-br.php. Acesso em: 30 out. 2023.

SCUDELER, M. A.; CALDERON, A. I.; PIRES, A. O desafio da educação à distância no ensino superior brasileiro: a expansão dos cursos de pedagogia à luz do ENADE como referencial de qualidade. **Jornal de Políticas Educacionais,** Curitiba, v. 14, n. 07, jan., 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/70138. Acesso em: 2 nov. 2023.

SCUDELER, Marcelo Augusto. **O FIES e as estratégias dos grupos empresariais da educação superior frente à redução dos contratos de financiamento público**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16786. Acesso em: 30 out. 2023.

SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 48-48, 2021. Disponível em: http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4892. Acesso em: 30 out. 2023.

SOARES, Dulce Helena Penna *et al*. Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular. **Psicologia:** ciência e profissão, Brasília, v. 27, n. 4, p. 746-759, dez., 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/DjfWsb8VNDbLJ4VDSWn6fRx/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 out. 2013.

VALORE, Luciana Albanese; CAVALLET, Luiza Helena Raittz. Escolha e orientação profissional de estudantes de curso pré-vestibular popular. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 24, n.2, p. 354-363, ago., 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/HY3FVXp4P7RxrgSPjdJn4RG/#. Acesso em: 30 out. 2023.

VICENTE, Mariana Gomes. Cursinhos populares e a juventude: potencialidades e contradições. **Revista Fim do Mundo,** Marília, n. 8, p. 144-160, jul./dez., 2022. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/13105. Acesso em: 30 out. 2023.

APÊNDICE A – Banco de dados de artigos sobre o tema “cursinhos populares”

título do artigo	autor	ano	assunto
Perfil dos professores de cursinhos alternativos de Uberlândia (II semestre de 2004)	Cecília Lômonaco ; Mario da Silva Garrote Filho	2007	cursinho popular
Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular	Soares, Dulce Helena Penna ; Krawulski, Edite ; Dias, Maria Sara de Lima ; D'Avila, Geruza T.	2007	vestibular
Vocational guidance: an experience at a popular preparation course for the university entrance examination	Soares, Dulce Helena Penna ; Krawulski, Edite ; Dias, Maria Sara de Lima ; D'Avila, Geruza T.	2007	cursinhos populares
Perfil dos alunos de cursos pré-vestibulares alternativos de Uberlândia, MG	Garrote Filho, Mário da Silva ; Lomônaco, Cecília	2011	cursinho
Cursinho pré-vestibular da CAPO; a percepção musical como prática pedagógica	Pedro Henrique Lopes Messias ; Carime Pinhatti ; Danilo Caradori ; Fernanda Rieiro	2011	cursinho
Dotaciones a los sacrificios de escolaridad: trayectorias de las clases juveniles	Correa, Lajara Janaina Lopes ; Pinto de Moura, Maria Silvia	2012	Acesso ao ensino superior
A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares	Thiago Ingrassia Pereira ; Leandro Raizer ; Mauro Meirelles	2012	cursinhos populares
Disposições aos sacrifícios da escolarização: trajetórias de jovens das classes popularesSacrifices to the provisions of schooling: paths of young class popular	Lopes Correa, Lajara Janaina ; Pinto de Moura, Maria Silvia ; Rocha, Librandi da	2012	qualitative research
Disposições aos sacrifícios da escolarização: trajetórias de jovens das classes populares	Correa, Lajara Janaina Lopes ; Rocha, Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da	2012	Acesso ao ensino superior
Perfil dos alunos de cursos pré-vestibulares alternativos de Uberlândia , MG	Mário da Silva Garrote Filho ; Cecília Lomônaco	2012	cursinhos alternativos
Educação popular, movimentos sociais e cursinhos populares: uma análise pelo espaço	Castro, Cloves Alexandre de	2012	cursinhos populares
Educação, sociologia e cursinhos populares: entrevista com Dulce Whitaker	Whitaker, Dulce ; Kato, Danilo Seithi	2013	educação popular
"Tecendo Sonhos" – cursinho pré-ENEM de educação popular do campo em Espera Feliz: agroecologia, acesso, permanência na universidade e emancipação social	Teixeira, Ramon da Silva ; Lopes, Leandro de Souza	2013	cursinho popular
Os cursos pré-vestibulares populares enquanto espaços educativos e de formação docente: algumas reflexões	Verrangia, Douglas	2013	cursos pré-vestibulares populares
A educação popular como princípio dos cursinhos populares	Carvalho, Marcio de	2013	cursinhos populares
Olhares diante de uma educação democrática	Silva, Silvia Cristina Barbosa da	2014	Acesso ao ensino superior
Cursinhos populares, emancipação e modelo tradicional de ensino: limites e contradições	Azevedo, Renato Chaves	2014	cursinhos populares
O centro de apoio popular estudantil do Tocantins: o cursinho pré-vestibular	Dourado, Benvinda Barros ; Da Silva, Vera Lúcia Aires Gomes	2015	cursinho pré-vestibular
Perspectivas e desafios dos cursinhos populares da Zona da Mata Mineira	De Carvalho, Márcio Francisco ; De Freitas, Maria Célia	2015	cursinhos populares
O papel dos cursinhos populares nos acessos e mudanças de perspectivas de seus participantes	Kato, Danilo Seithi	2015	cursinhos populares
Ensino e aprendizagem vivenciados em um cursinho popular em Ribeirão Preto-SP	Costa, Reijane Salazar	2015	cursinho popular

título do artigo	autor	ano	assunto
Cursinho Popular Emancipa: movimento de educação popular	Rigler da Costa Aragão ; Pablo Souza da Silva ; Arlêto Vilhena da Silva Neto: Diemison Ladislau de Alencar	2016	cursinho popular
Pesquisa quantitativa para identificar indícios de aprendizagem significativa para ensinar conceitos de Mecânica Clássica a alunos de curso pré-vestibular popular	Prochnow, Ígor ; Bapes Grunewald, Tailini ; Parisoto, Mara Fernanda ; Cruz da Silva, Anthony Henrique	2017	vestibular popular
Linguística Aplicada e Estudos discursivos: ensino-aprendizagem de espanhol como língua estrangeira num cursinho popular voltado para o Enem	Ferreira, Carlos Eduardo da Silva	2017	análise do discurso
Entre o ensino médio e o superior: as escolhas profissionais dos jovens de um cursinho pré-vestibular popular de Porto Alegre, Rio Grande do Sul	Silva, Eduardo ; Silva, Bárbara	2017	escolhas profissionais
Ações Formativas Integradas (AFIN)	Adevailton Bernardo dos Santos; Gláucia Carvalho Gomes; Sirlei Aparecida Martins Ferreira	2018	ações afirmativas
Os sentidos e os significados do cursinho popular	Derik Neves Vieira; Roseli Fernandes Lins Caldas	2018	cursinho popular
Trying to "make it there": underprivileged students and their attempts to reach Higher Education	Bonaldi, Eduardo Vilar	2018	college students
Tentando "chegar lá": as experiências de jovens de um cursinho popular	Bonaldi, Eduardo Vilar	2018	cursinhos populares
Linguística Aplicada e Estudos discursivos: ensino-aprendizagem de espanhol como língua estrangeira num cursinho popular voltado para o Enem	Ferreira, Carlos Eduardo da Silva	2018	cursinho popular
Política e educação na construção do cursinho popular "Nós por Nós"	Bráulio Roberto de Castro Loureiro	2018	educação popular
A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência	Euzébios Filho, Antonio ; Guzzo, Raquel Souza Lobo	2018	multidisciplinary
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO DE REDAÇÃO PARA O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) EM UM PROJETO DE EXTENSÃO DE CURSINHO POPULAR	Viana, Aline De Oliveira	2018	extensão universitária
Movimento social ou reprodução dos cursinhos pré-vestibulares convencionais?	Lucas de Sousa Costa ; Rigler Costa Aragão	2018	educação popular
Movimento social ou reprodução dos cursinhos pré-vestibulares convencionais? Um estudo do Cursinho Popular Emancipa em Marabá, Pará	Costa, Lucas ; Aragão, Rigler	2018	
Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente	Groppo, Luís Antonio ; Oliveira, Ana Rosa Garcia de ; Oliveira, Fabiana Mara de	2019	cursinho popular
Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente	Groppo, Luís Antonio ; Oliveira, Ana Rosa Garcia de ; Oliveira, Fabiana Mara de	2019	cursinho popular
Educação em memória e suas relações com o saber	Capucho, Vera Alves Crispim ; Marinho, Genilson Cordeiro	2019	ditadura militar
Cursinho Prepara Trans	Gustavo de Aguiar Campos ; Mariana Cunha Pereira	2019	ações afirmativas
Entre a autoeliminação e o enfrentamento do "incerto": disposições e dissonâncias frente ao ensino superior público	Bonaldi, Eduardo Vilar	2019	cultural capital
As representações sociais na articulação da universidade-escolas-poder público-sociedade - resultados preliminares de um estudo etnográfico	ruz, Eliane De Souza ; Candiani,Giovano; Lopes, Joaquim Bernardino; Costa, Nilza Maria Vilhena Nunes da; Silva, Alcina Maria Testa Braz da; Queiroz, Glória Regina Pessôa Campello	2019	extensão

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B – Periódicos do ano 2007 a 2023 (1º sem.) que publicaram artigos com o tema “cursinhos populares”, por estado e região geográfica

Título da Publicação	estado	região geográfica	ano
Revista De Educação Popular	MG	Sudeste	2007
Psicologia, ciência e profissão	DF	Oeste	2007
Editora da Universidade Federal de Uberlândia	MG	Sudeste	2011
Revista ciência em extensão	SP	Sudeste	2011
Educação temática digital	SP	Sudeste	2012
Espaço Pedagógico	RS	Sul	2012
Educação temática digital	SP	Sudeste	2012
Educação temática digital	SP	Sudeste	2012
Revista De Educação Popular	MG	Sudeste	2012
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2012
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2013
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2013
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2013
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2013
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2014
Elo (Viçosa)	MG	Sudeste	2015
Elo (Viçosa)	MG	Sudeste	2015
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2015
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2015
Revista de educação popular	MG	Sudeste	2016
Tabuleiro de Letras	BA	Nordeste	2017
Revista de educação popular	MG	Sudeste	2017
Revista de educação popular	MG	Sudeste	2018
Revista de educação popular	MG	Sudeste	2018
Tempo social : revista de sociologia da USP	SP	Sudeste	2018
Tempo social : revista de sociologia da USP	SP	Sudeste	2018
Tabuleiro de Letras	BA	Sudeste	2018
Revista de educação popular	MG	Sudeste	2018
Psicologia USP	SP	Sudeste	2018
Universidade Federal da Fronteira Sul	RS	Sul	2018
Revista de educação popular	MG	Sudeste	2018
Revista de educação popular	MG	Sudeste	2018
Revista brasileira de educação	RJ	Sudeste	2019
Revista brasileira de educação	RJ	Sudeste	2019
Editora da Universidade Federal de Uberlândia	MG	Sudeste	2019
Política e trabalho	PB	Nordeste	2019
Comunicações (Piracicaba)	SP	Sudeste	2019
Imagens da educacao	PR	Sul	2019
Olhar de professor	PR	Sul	2020
Olhar de professor	PR	Sul	2020
Revista Conexão UEPG	PR	Sul	2020
Revista em extensão	MG	Sudeste	2020
Editora da Universidade Federal de Uberlândia	MG	Sudeste	2020
Org & demo	SP	Sudeste	2020
Revista Teias	RJ	Sudeste	2020
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2020
Cadernos CIMEAC	MG	Sudeste	2020
Editora da Universidade Federal de Uberlândia	MG	Sudeste	2020
Revista temas em educação	PB	Nordeste	2021
The Journal of Engineering and Exact Sciences	MG	Sudeste	2021
Teoria e Prática da Educação	PR	Sudeste	2021
Revista de Estudos em Educação e Diversidade	BA	Nordeste	2022
Revista de educação popular	MG	Sudeste	2022
Revista de educação popular	MG	Sudeste	2022
Revista Fim do Mundo	SP	Sudeste	2022
Revista Fim do Mundo, 2022, Vol.3 (8)	SP	Sudeste	2022
Editora da Universidade Federal de Uberlândia	MG	Sudeste	2023

Fonte: Elaboração própria.